

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ROBERTO ZIMMER

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÕES NO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2011

ROBERTO ZIMMER

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÕES NO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2011

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS

Z72r	<p>Zimmer, Roberto</p> <p>As relações entre educação, geração de renda e ocupações no estado do Rio Grande do Sul / Roberto Zimmer . – Porto Alegre, 2011. 89 f. : il.</p> <p>Orientador: Ricardo Dathein..</p> <p>Ênfase em Economia Aplicada.</p> <p>Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.</p> <p>1. Crescimento econômico : Educação. 2. Educação : Renda : Trabalho. I. Dathein, Ricardo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título. CDU 37.015.6</p>
------	---

ROBERTO ZIMMER

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÕES NO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de setembro de 2011.

---

Prof. Dr. Ricardo Dathein – Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro - Examinador

UFRGS

---

Prof. Dr. Stefano Florissi - Examinador

UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Bandeira – Examinador

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores e funcionários do PPGE da UFRGS pelos bons momentos vividos durante o curso, não obstante as infindáveis horas de estudo.

Agradeço ao professor Dr. Ricardo Dathein pelas orientações que me foram dadas, muito necessárias para este trabalho.

Agradeço aos colegas e amigos formados durante o curso, motivo de muita saudade.

Agradeço a minha família pela compreensão e apoio incondicional.

Muito obrigado!

## RESUMO

Estudos realizados nas últimas duas décadas apontam que a educação desempenha um papel crucial na atividade econômica dos países, de modo que a relação entre a escolaridade média da população e a renda *per capita* seja consenso entre os estudiosos do assunto. Com tal constatação, tem-se que a geração de renda poderia ser melhorada a partir do aumento do nível de educação entre jovens e adultos. Em vista disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre educação, renda e ocupação, com destaque para a população do Estado do Rio Grande do Sul (RS). No decorrer do trabalho a análise dos dados reafirmaram alguns preceitos teóricos como a relação entre anos de estudo e faixa de rendimentos, ou anos de estudos e tipo de ocupação, por exemplo. Se a educação sozinha não pode ser responsável pelo aumento da qualidade de vida de uma pessoa ou da população de um país, pode-se inferir, com base nas tabelas e gráficos apresentados ao longo do trabalho, que ela em muito contribui ou é condição necessária para que isso aconteça. A educação inclusive possibilita ou permite acesso a determinadas atividades profissionais cujo pré-requisito traduz-se em anos de estudo. As análises e demonstrações realizadas ao longo do trabalho permitiram a constatação de que a educação no Brasil está melhor e apresenta números positivos se comparados a outros períodos de nossa história recente, não obstante o quanto ainda é preciso melhorar. O Rio Grande do Sul possui um sistema de educação mais efetivo que a média apresentada no Brasil, porém, quando comparado a outro estado da federação com potencial econômico e político parecido ou próximo como São Paulo, por exemplo, fica evidente o quanto precisa avançar.

**Palavras-chave:** Educação. Renda. Ocupações.

## **ABSTRACT**

Studies conducted in the last two decades suggests that education plays a crucial role in countries ' economic activity, so that the relationship between the average schooling of the population and the per capita income is consensus among scholars of the subject. With such a finding is that the generation of income could be improved from the increase in the level of education among young people and adults. In view of this, the present study aims to analyze the relationships between education, income and occupation, the population of the State of Rio Grande do Sul (RS). In the course of the work to analyze data reaffirmed some theoretical precepts as the relationship between years of schooling and earnings, or years of study and type of occupation, for example. Education alone cannot be responsible for increasing the quality of life of a person or population of a country, we can infer, based on the tables and graphs presented throughout the work, which she greatly contributes or is a necessary condition for this to happen. Education including permits or allows access to certain professional activities whose prerequisite translates into years of study. The analyses and demonstrations along the work led to the realization that education in Brazil is better and introduces positive numbers compared to other periods of our recent history, despite how much you still need to improve. Rio Grande do Sul has a system of education more effective than the average in Brazil, however, when compared to other State of the Federation with potential economic and political look at or near São Paulo, for example, it becomes apparent how much need next.

**Keywords:** Education. Income. Occupations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diferenciais salariais associados à educação no Brasil em 1997 .....	26
Figura 2 - Renda e educação no Brasil – PNAD 2006 .....	27
Figura 3 - Educação e trabalho formal.....	29
Figura 4 - Evolução do desemprego .....	30
Figura 5 - Educação e ramos de atividade .....	31
Figura 6 - Educação e posição na ocupação.....	32
Figura 7 - Programa Brasil escolarizado.....	37
Figura 8 - Número de inscritos no ENEM .....	38
Figura 9 – Desempenho do ENEM 2009 .....	39
Figura 10 - Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.....	41
Figura 11 – Programa Brasil universitário.....	42
Figura 12 – Programa Brasil alfabetizado e EJA .....	44
Figura 13 – Programa educação para diversidade e cidadania.....	45
Figura 14 - Os números do PISA.....	47
Figura 15 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 a 64 anos – Países da OECD – 2004.....	48
Figura 16 - Gasto por estudante em diferentes níveis educacionais em relação a custos por unidade no ensino primário, 2007 (Ensino primário = 100) .....	49
Figura 17 - Evolução das taxas de Escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, e do percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo - Brasil - 1992/2009.....	57
Figura 18 – População por faixas etárias no Brasil (%) .....	61
Figura 19 - Composição educacional - Brasil e RS (2009).....	65
Figura 20 - composição educacional do RS (2001 - 2009).....	66
Figura 21 - Anos de estudo x rendimentos - RS.....	67
Figura 22- Anos de estudo x classe de rendimento mensal - RS .....	68
Figura 23 - Nível de educação dos trabalhadores do RS .....	70
Figura 24 - Tipo de ocupação x anos de estudo - RS .....	71
Figura 25 – Setor de atividade x anos de estudo (RS - 2009).....	71

Figura 26 - Distribuição do pessoal ocupado assalariado, por nível de escolaridade – Brasil - 2009 .....	74
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre os níveis de ocupação de Brasil e Chile .....	24
Tabela 2 - PISA - médias do Brasil por áreas de conhecimento .....	46
Tabela 3 - PISA 2009 por áreas de conhecimento – países selecionados.....	46
Tabela 4 - Número de Matrículas de Educação Básica por Etapas e Modalidades de Ensino - BR/RS/SP (2007 a 2010) .....	55
Tabela 5- Pessoas e Taxa de escolarização das pessoas de 4 anos ou mais de idade, por grupos de idade.....	59
Tabela 6 - População por faixas etárias, Brasil, 1950 a 2050 .....	60
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb .....	62
Tabela 8 – Número de IES - 2009 .....	63
Tabela 9– Número de Matrículas em IES - 2009 .....	64
Tabela 10 - Rendimento médio x anos de estudo (RS – 2009) .....	69
Tabela 11 - Pessoal ocupado assalariado, segundo o sexo e nível de escolaridade - Brasil 2009.....	72
Tabela 12 – Pessoal ocupado assalariado, com indicação da participação na Unidade da Federação, por nível de escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009.....	75

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEMPRE – Cadastro Central de Empresas

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica

PDE - Plano de Desenvolvimento de Educação

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPV - Pesquisa de Padrão de Vida

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROUNI - Programa Universidade para Todos

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEPLAG - RS - Secretaria do Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

UAB - Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES .....</b>	<b>18</b>
2.1 EDUCAÇÃO E RENDA .....	21
2.2 EDUCAÇÃO E OCUPAÇÕES.....	27
2.3 AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES .....	32
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL</b>	<b>36</b>
3.1 EDUCAÇÃO BÁSICA .....	36
3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	40
3.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	41
3.4 ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	43
3.5 DIVERSIDADE .....	44
3.6 PISA .....	45
3.7 ESTUDO DO BANCO MUNDIAL .....	47
3.8 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020 .....	49
<b>4 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>52</b>
4.1 ORIGEM E TRATAMENTO DOS DADOS .....	52
4.2 INDICADORES DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES NO RS ..	55
4.3 AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÃO NO RS .....	76
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Vários estudos realizados nas últimas duas décadas apontam que a educação desempenha um papel crucial na atividade econômica dos países. É praticamente consenso entre os autores que há uma correlação positiva entre a escolaridade média da população e a renda *per capita*. Barbosa Filho e Pessôa (2009) afirmam que a forte associação positiva entre a renda de um indivíduo e seu nível de escolaridade é um fenômeno empírico universal. Card (1999) aponta que centenas de estudos, realizados em diferentes países e em diferentes épocas, confirmam que indivíduos com maior nível de escolaridade recebem melhores salários, passam menos tempo desempregados e trabalham em ocupações de maior prestígio. Assim, a educação seria fator determinante da renda futura dos indivíduos e, em um sentido mais amplo, determinante para o desenvolvimento e crescimento de longo prazo dos países.

Sabe-se que é do senso comum apontar para uma relação positiva entre educação e o crescimento de um país, apesar de esta não ser exclusivamente o suficiente para assegurar tal crescimento. Igualmente, existe também a constatação empírica de que não há país de rápido crescimento que seja displicente com a educação. Assim, a geração de renda poderia ser melhorada a partir do aumento do nível de educação entre jovens e adultos, embora, segundo Sainz e La Fuente (2001), o aumento da escolaridade não seja condição suficiente para a melhoria dos níveis de renda dos estratos inferiores.

De qualquer forma, é inegável a importância da educação para o desenvolvimento e crescimento econômico de um país. Soares e Lima (2002) tratam a educação formal como uma variável fundamental para o estudo de quase todas as demais variáveis econômicas e sociais do Brasil e demais países. Entre essas variáveis, os autores citam o nível de rendimento, a taxa de desemprego, o acesso aos serviços públicos e a participação política. Entretanto, destacam que, apesar das fortes relações empíricas, estas relações são ainda mal-entendidas, não sendo claras as direções de causalidade.

Bomeny e Pronko (2002) citam os estudos sobre o alto desempenho das economias asiáticas como exemplo da relação entre a educação e o desenvolvimento econômico. Esses estudos destacam os altos investimentos em educação básica como o diferencial mais notável do alto desempenho econômico desses países. Mingat<sup>1</sup> (1999 apud BOMENY; PRONKO, 2002) chega a afirmar que parece ter sido a educação primária o fator que mais contribuiu

---

<sup>1</sup> MINGAT, A. Custo e financiamento da educação nas economias asiáticas de alto desempenho. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

para o desenvolvimento econômico desses países, superando inclusive os investimentos físicos.

Em relação ao Brasil, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2006 ressalta que a abertura da economia brasileira, no início dos anos 90, foi marcada por uma escalada nas exigências das empresas por escolaridade, o que atingiu a maioria da força de trabalho. Segundo esse estudo, um diploma universitário, hoje, permite que os rendimentos médios dessa força de trabalho sejam o dobro dos rendimentos daqueles que não têm escolaridade.

O País passa por um processo atual de mudanças rápidas no que diz respeito ao seu nível tecnológico, o que pode indicar que o papel da educação passará a ganhar ainda mais relevância. Adquirindo maiores habilidades ao se educarem, os indivíduos conseguem absorver melhor as mudanças tecnológicas, protegendo-se do desemprego (SALVATO; SILVA, 2008). Bartalotti e Menezes-Filho (2007) declaram que o debate sobre o papel das desigualdades educacionais na concentração de renda vem sendo tema constante de pesquisadores desde a década de 1970, e observam, a partir dos resultados desses estudos, que a redução das diferenças educacionais seria importante para a eliminação da desigualdade salarial do País.

A educação afeta a má distribuição de renda no Brasil por dois motivos. Um deles é a elevada desigualdade educacional da força de trabalho. O outro é a alta taxa de retorno à educação no país, ou seja, o aumento de salário resultante de um ano adicional de estudo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2006a).

Com base nas considerações expostas e relacionadas acima, pode-se constatar a importância dos temas relacionados à educação e suas implicações nas variáveis que afetam a economia de um país. Da mesma forma, podem-se supor as dificuldades inerentes a quaisquer tentativas de se relacionarem essas variáveis, na busca de explicações para as observações empíricas. De qualquer maneira, busca-se com este trabalho acrescentar subsídios para a discussão sobre o contexto apresentado acima, a partir da pesquisa realizada.

Assim, o objetivo geral do trabalho é analisar as relações entre educação, renda e ocupação na população do Estado do Rio Grande do Sul (RS). A hipótese do trabalho é de que no RS existe uma relação positiva entre maior e melhor educação e maiores rendas e melhores ocupações. No RS – quarta economia do País pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto (PIB), que correspondente a 6% do PIB nacional – observa-se que a população está em uma posição privilegiada no que diz respeito ao nível de instrução, em comparação com os demais estados brasileiros (SEPLAG-RS, 2010). Cerca de 38% da população com idade

acima de 10 anos completou o ensino fundamental, ou seja, mais de 8 anos de estudo; enquanto a média brasileira, no tocante a essa faixa etária, é de 34,5%.

Em relação ao ensino superior (15 anos de estudo ou mais), o RS é o quarto estado brasileiro: 5,17% da população possui esse nível de formação completo. Também é um dos cinco estados com menor índice de analfabetismo: apenas 6,7% da população acima de 15 anos de idade é analfabeta. Esse índice está bem abaixo da média nacional de analfabetismo, que é de 13,6%.

Portanto, justifica-se a escolha do RS, como foco para a análise realizada, devido à relevância do Estado para a economia do País, e também pelas suas características avançadas no que se refere aos níveis educacionais da população.

A fim de viabilizar o objetivo geral deste trabalho, foram determinados os seguintes objetivos específicos: analisar os referenciais teóricos sobre as relações entre educação, renda e ocupação; apresentar indicadores das relações entre educação, renda e ocupação no Brasil; determinar um conjunto de indicadores adequado para a análise dos dados do RS e analisar os indicadores estimados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante salientar, neste ponto, que o enfoque da análise e discussão atém-se aos aspectos relacionados à educação; não são objeto de análise as outras variáveis que podem afetar também a geração de renda e as ocupações dos indivíduos.

No aspecto metodológico, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos temas relacionados à educação e sua relação com as variáveis em foco – geração de renda e ocupação. Foram pesquisados os referenciais teóricos e também os estudos empíricos, em especial aqueles sobre o panorama brasileiro.

Os dados para mensuração dos indicadores escolhidos foram extraídos da PNAD, edições de 2001 a 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]). A PNAD, realizada pelo IBGE, trata das características gerais da população, a partir da mensuração de variáveis como migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento. Implantada no Brasil em 1967, até 1970, foi feita trimestralmente e, a partir de então, os levantamentos passaram a ser anuais.

O site do IBGE disponibiliza a base de dados para consultas públicas, por meio de uma página específica – Banco de Dados SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010]). Nesse banco de dados, é possível realizarem-se cruzamentos entre variáveis bem como

definirem-se agrupamentos e cortes para análise. Também é possibilitada a análise dos dados históricos, desde 2001, para observação e estudo da evolução dos indicadores de interesse.

Assim, este trabalho é dividido em cinco capítulos, nos quais são apresentados os resultados conforme os objetivos propostos. Na seqüência deste primeiro capítulo, é apresentado o referencial que sustenta as análises foco da pesquisa, incluindo-se não apenas os pressupostos teóricos, mas também exemplos de estudos empíricos, a partir dos quais podem ser determinados indicadores apropriados para a análise que constituem o objetivo deste trabalho. Desse modo, a partir da literatura disponível, são apresentados os principais aspectos relacionados à existência de uma relação positiva entre a educação e a geração maior de renda e as melhores ocupações. Entre as teorias e pressupostos que buscam explicar tais relações, não há como deixar de citar a teoria do capital humano (SCHULTZ, 1973). Basicamente, os seguidores desta teoria afirmam que o esforço do trabalhador em busca da qualificação por meio da educação formal pode resultar em mobilidade social e ganhos salariais, devido ao aumento de sua produtividade (SEABRA, 2002).

Os pesquisadores desta área, de maneira geral, utilizam-se do princípio da teoria do capital humano para tentar compreender e justificar a relação entre a educação e a geração de renda e melhores ocupações. Por outro lado, podem ser encontrados diversos estudos que analisam esta teoria de maneira crítica, testando os seus pressupostos a partir de experiências empíricas. Balassiano, Seabra e Lemos (2004), por exemplo, analisam a questão da empregabilidade, incluindo a variável idade em sua análise, e concluem que é necessário relativizarem-se os princípios pregados pela teoria do capital humano.

De qualquer forma, faz-se necessário incluir neste trabalho a discussão sobre essa teoria e suas vertentes contemporâneas, assim como as principais críticas à mesma. Ainda no capítulo 2, são apresentados dados sobre o panorama brasileiro no que se refere a educação, renda e ocupações, destacando-se os principais indicadores utilizados para demonstrar essas relações.

A seguir, no capítulo 3 são apresentadas as principais iniciativas e políticas públicas de gestão da educação no Brasil adotadas pelo Ministério da Educação e Cultura para o período de 2003 a 2010.

No capítulo seguinte, os dados da PNAD 2008 e 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]) utilizados para estimar os indicadores escolhidos são apresentados. Nesse capítulo são feitas as análises que pretendem responder ao objetivo geral proposto no trabalho, com base no referencial apresentado no capítulo 2.

Também são feitas considerações a respeito do método utilizado nesta pesquisa, a fim de que possam ser propostas novas aplicações do mesmo ou melhorias para estudos futuros.

Por fim, o último capítulo enumera as considerações finais a que se chegou após a realização da pesquisa e elaboração do trabalho.

## 2 EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES

Os estudos sobre as relações entre educação, geração de renda e ocupações realizados nas últimas décadas demonstram a importância desse tema, tanto para a economia como para a sociedade em geral. O interesse nesta área, focado principalmente em desvendar a associação do fator educação com variáveis como nível de renda, salário, desemprego e crescimento econômico, teve seu início a partir de estudos realizados pela comunidade acadêmica norte-americana entre o final dos anos 50 e início dos anos 60 (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2009).

Becker (1964), Mincer (1958) e Schultz (1963) são os principais autores responsáveis pela formulação e divulgação dos pressupostos iniciais da Teoria do Capital Humano, que, embora criticada e contestada em diversos níveis, é a base para os demais estudos que se seguiram neste tema. Segundo os autores da Teoria do Capital Humano, a educação é um requisito fundamental para o desenvolvimento econômico, o que deveria levar à ampliação do acesso da população ao ensino formal, por meio de políticas governamentais explícitas neste sentido.

Schultz (1963) define o conceito de capital humano, relacionando-o de maneira direta à educação:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfação às pessoas no momento em que obtêm um tipo de educação, é primordialmente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição das capacitações que oferece satisfação futura ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo. [...] Proponho [...] tratar a educação como um investimento e tratar suas conseqüências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela (educação) como capital humano. (SCHULTZ, 1963, p. 79).

Complementando, Davenport (1999) afirma que o capital humano compreende três características básicas: a capacidade (conhecimento, habilidade e talento), o comportamento (forma de agir para a realização de uma tarefa), e o empenho (aplicação consciente dos recursos mentais e físicos para alcançar um fim).

Portanto, no cerne dos pressupostos da teoria do capital humano, ressalta-se a importância da educação. Observa-se, porém, que há vários aspectos que tornam difícil a

definição do papel da educação na vida dos indivíduos e da sociedade. Entre estes, está a própria definição de educação, que pode ser confundida com ensino ou instrução – que não são sinônimos, como pode parecer. Outros motivos são as transformações pelas quais passa o processo educativo, em virtude do surgimento de novas tecnologias e instruções, e também o fato de que papel da educação depende de visões do mundo, valores e decisões definidas fora do âmbito da educação (PIRES, 2005).

Nesse mesmo sentido, Schultz (1973) também já discutia a dificuldade intrínseca de se definir adequadamente o termo educação. Para o autor, existem particularidades culturais que devem ser consideradas ao se definir o termo educação em diferentes países. Mesmo assim, o autor buscou elaborar uma definição para educação:

O que a educação tem como constante [...] é o ensino e o aprendizado. Assim, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades [...]. A ação ou o processo de atingir um ou mais desses objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação (SCHULTZ, 1973, p. 18).

É indiscutível, portanto, a importância da educação para os indivíduos e para a sociedade em geral. De acordo com Oliveira e Carvalho (2007), há inúmeros exemplos na literatura nacional e internacional sobre crescimento econômico, os quais comprovam, por meio de argumentos teóricos e evidências empíricas, a importância do capital humano para a sustentabilidade do crescimento econômico de um país.

O capital humano permitiria a capacitação da mão de obra e o conseqüente aumento da produtividade dos trabalhadores, o que levaria também a um aumento da produtividade do processo produtivo como um todo, fato comprovado teoricamente pelos autores da Teoria do Capital Humano (BECKER, 1964; LUCAS JR., 1988; SCHULTZ, 1963). Como exemplo de evidência empírica, pode-se citar o estudo sobre educação e desenvolvimento econômico no Ceará, realizado por Oliveira (2006). Nesse estudo, o autor demonstra que o retorno do capital humano é aproximadamente seis vezes maior que o retorno do capital físico sobre a taxa de crescimento econômico, o que ressalta a relevância da educação no contexto econômico.

Independentemente de seus efeitos econômicos mais diretos, a educação tem diversas implicações relevantes no crescimento econômico de um país, conforme salienta Pinheiro e

Giambiagi (2006). Um indivíduo com maior escolaridade exerce com maior plenitude a sua cidadania, existindo diversos estudos que mostram a forte correlação entre participação política e nível de escolaridade, dentre outros.

Conforme Pires (2005), definir com clareza o papel da educação na vida dos indivíduos e das sociedades é algo praticamente impossível. Porém, ao longo da história e com marcada diferença entre grupos sociais e países, pode-se observar que a educação em geral é tomada como meio para se atingir uma variedade muito grande de objetivos: desde preparar os homens para a guerra, para o trabalho ou para o sacerdócio, até habilitá-los à convivência em uma sociedade democrática.

O homem nasce para conhecer, descobrir, desvendar, explorar, explicar; e a educação é a contínua e sistemática ação que empreende quando dá vazão à sua natureza curiosa, laboriosa, negadora do desconhecido. Educar-se, nesta acepção, é estar mergulhado, durante toda a vida, em um processo de constantes novas descobertas, que se renovam e lançam desafios cada vez maiores, de tal forma que, quanto mais educado seja o indivíduo, mais se humaniza e mais se ampliam as potencialidades da própria espécie, na medida em que os indivíduos possam “transmitir” não só seus “estoques” de conhecimento adquiridos, como também suas percepções e avaliações do passado, do futuro, das dificuldades, das potencialidades, do ser e do dever ser das coisas. (PIRES, 2005, p. 32).

Num contexto capitalista marcado pela revolução tecnológica acelerada, em que a força de trabalho é uma mercadoria cujo preço depende cada vez mais de habilidades adquiridas nos bancos escolares, os trabalhadores encaram a educação formal como um requisito para o ingresso e a permanência no emprego, além de um requisito para conduzir a maiores níveis de renda (PIRES, 2005).

Corroborando essa ideia, Alves e Soares (1996) afirmam que as inovações tecnológicas e organizacionais favoreceram o fortalecimento da compreensão de que níveis educacionais mais elevados sejam pré-requisitos para que os trabalhadores estejam aptos para atuar nesse novo cenário. Devido às necessidades diferenciadas, principalmente em empresas inovadoras, as quais envolvem a participação dos trabalhadores nos processos decisórios, maiores conhecimentos e capacitação são fundamentais. Assim, seria também necessário que os trabalhadores possuíssem maiores níveis de escolaridade e melhor qualificação, a fim de garantirem os ganhos esperados de produtividade.

Neste sentido, portanto, merece destaque o ensino profissionalizante, o qual teve sua origem no Brasil a partir da década de 1970, quando o governo instituiu o ensino técnico de

segundo grau (atual ensino médio) de maneira compulsória. Desde então, novas leis vêm modificando a estrutura de oferta e as características dessa modalidade de ensino. Desde 1995, o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP) divide a educação profissional em três níveis: básico (sem pré-requisitos de escolaridade), técnico (simultâneo ou posterior ao ensino médio) e tecnológico (cursos de nível superior). O objetivo fundamental desses cursos é fornecer aos alunos uma qualificação profissional, que deveria facilitar a entrada no mercado de trabalho (SEVERNINI; ORELLANO, 2010).

Portanto, quanto maior o nível de formação, maior seria o salário percebido, pois as habilidades adquiridas com os estudos e treinamentos anteriores ampliam a produtividade do trabalhador, justificando maiores ganhos sem prejudicar os lucros do empregador (PIRES, 2005).

Nos demais itens que compõem este capítulo, são apresentados e discutidos dados resultantes de estudos no tema em foco. Além de ilustrar e exemplificar as evidências empíricas que sustentam os pressupostos apresentados, esses dados servem também como base para a determinação dos indicadores utilizados para a verificação do panorama e da evolução das relações entre educação, rendimentos e ocupações no RS nos últimos anos, de acordo com os objetivos deste trabalho.

## 2.1 EDUCAÇÃO E RENDA

A teoria do capital humano parte do princípio de que a decisão de investir em educação é baseada na expectativa de retorno – sob a forma de salários – que os anos de estudo podem determinar. Os autores alegam que os fatores de produção são remunerados de acordo com sua produtividade marginal; sendo assim, à medida que um indivíduo aumenta seu nível educacional, aumenta também sua renda.

Pioneiro nos estudos nesta área, Mincer (1958) desenvolveu o modelo de rendimento em função da escolaridade, a partir dos conceitos de Adam Smith de que os rendimentos salariais são proporcionais ao aprendizado e ao treinamento, os quais aumentam a produtividade. Assim, a mobilidade no mercado de trabalho e a conseqüente diferença salarial ocorrem em função do desenvolvimento de diferentes habilidades e do grau de conhecimento adquirido.

Porém, no Brasil, na década de 1990, embora tenha ocorrido um aumento do nível de escolaridade da população (conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD), não houve o esperado aumento dos salários no agregado da população assalariada (FRANÇA; GASPARINI; LOUREIRO, 2004).

Os autores, a partir dessa constatação, testam a hipótese de que o ensino no país, na década de 1990, teria crescido quantitativamente, mas não em termos de qualidade da educação oferecida. Assim, as pessoas não estariam qualificadas para o nível requerido pelo mercado, mais exigente após a modernização econômica ocorrida na época. Por meio de testes estatísticos, concluem que as variáveis macro e socioeconômicas, além das habilidades individuais intrínsecas – as quais são omitidas no modelo da teoria do capital humano – interferem nos resultados das pesquisas sobre educação e renda. Também concluem que a qualidade da escolaridade é realmente importante na determinação da renda salarial (FRANÇA; GASPARINI; LOUREIRO, 2004).

Porém, embora se possa considerar a qualidade da educação como uma variável importante também na determinação dos rendimentos, a maioria dos estudos não aborda essa questão. Sáinz e La Fuente (2001), pesquisadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por exemplo, pontuam em seu estudo que os indivíduos que estudaram 15 anos ou mais devem ser aqueles que tiveram a educação de melhor qualidade, porém não chegam a mensurar essa qualidade.

Segundo Seabra (2002), os pesquisadores desta área vêm utilizando o grau de escolaridade como a variável representativa para a educação, devido a sua disponibilidade e universalidade. Portanto, neste trabalho não será focada a qualidade do ensino como determinante ou não para a geração de renda, assim como outras variáveis ambientais serão desconsideradas.

Segundo Oliveira e Carvalho (2007), o fato de a educação exercer efeito sobre o diferencial de salários dos indivíduos vem sendo demonstrado por diversos estudos empíricos. Sachsida et al. (apud OLIVEIRA; CARVALHO, 2007), por exemplo, estimam que o retorno da educação sobre o rendimento do trabalho dos indivíduos seja de até 16% sobre o salário-hora, para cada ano adicional de estudo.

Resultados de pesquisas realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 demonstraram empiricamente que a cada ano a mais de escolaridade aumenta a renda média do trabalhador em cerca de 10% nos Estados Unidos. Para o Brasil, Barbosa Filho e Pessôa (2009) demonstraram que os prêmios de salário são superiores a 10% ano, a cada ano a mais de escolaridade, podendo chegar a 30% de elevação do salário pelo incremento de 1 ano de estudo.

Também para Pires (2005), a educação pode ser considerada como um caminho para que seja possível auferir maiores níveis de rendimentos. Assim, quanto maior o nível de formação, maior seria o salário recebido, uma vez que o trabalhador com mais anos de estudo seria o portador de um trabalho composto, cuja hora trabalhada é acrescida de horas-trabalho anteriores com os estudos, que devem ser remuneradas. Também, os maiores ganhos do trabalhador podem ser justificados devido às habilidades adquiridas com os estudos e treinamentos anteriores, os quais ampliam a sua produtividade, garantindo os lucros do empregador.

A taxa de retorno da educação no Brasil pode ser considerada relativamente elevada, calculada em torno de 12,9% por Menezes-Filho (2001 apud BARTALOTTI; MENEZES-FILHO, 2007). Porém, segundo os mesmos autores, as taxas de retorno da educação podem variar de forma significativa considerando-se o nível educacional, de acordo com as condições de oferta e demanda por mão de obra entre os diferentes níveis de instrução. Pode-se citar o estudo de Narita e Fernandes (apud BARTALOTTI; MENEZES-FILHO, 2007), que demonstrou as grandes diferenças de retorno salariais entre profissionais graduados em diferentes cursos superiores, os quais possuem, em geral, caráter profissionalizante. Cada especialidade possui sua demanda e sua oferta específica, o que parece influenciar na determinação dos rendimentos de cada profissão.

Neste sentido, pode-se falar sobre a teoria da demanda por educação, oriunda dos pressupostos da teoria do capital humano. Essa teoria busca compreender como os diferenciais de ganhos, associados a cada nível de educação, definem a sua demanda. Partem do princípio de que, quanto maior o diferencial de ganho alcançado por incrementos na educação, maior seria o incentivo para adquirir esse nível. Uma vez que os retornos esperados da educação são difíceis de serem estimados corretamente, existe grande influência positiva dos retornos dos recém-formados sobre a decisão dos indivíduos em investir na sua formação. Além dos retornos, os indivíduos buscam também informações sobre desemprego e dispersão salarial, a fim de diminuir sua incerteza para a tomada de decisão (*Op.Cit.*, 2007).

Em estudo sobre educação e desenvolvimento econômico no Ceará, Oliveira (2006) demonstra que o retorno do capital humano é aproximadamente seis vezes maior que o retorno do capital físico sobre a taxa de crescimento econômico, ressaltando a relevância da educação no contexto econômico. Utilizando dados extraídos da PNAD e da Pesquisa de Padrão de Vida (PPV), ambas conduzidas e divulgadas pelo IBGE, o autor demonstra que, a cada ano adicional de estudo, a média do rendimento do trabalho é maior; ele exemplifica, afirmando que, se um indivíduo analfabeto completasse o ensino fundamental, seu rendimento

poderia ser 2,5 vezes maior. Ao passar do nível do ensino médio para o superior, o rendimento de um indivíduo poderia ser então, em média, três vezes maior. Esse mesmo rendimento seria 4,5 vezes maior se o indivíduo tivesse inicialmente apenas o nível fundamental, ou 11,6 maior se fosse analfabeto.

Já Sáinz e La Fuente (2001) – que estudaram as associações entre educação, ocupação e renda nos países da América Latina – verificaram que os que recebem os maiores rendimentos são aqueles que estudam 15 anos ou mais. Porém, apesar da correlação positiva entre educação e renda encontrada, os autores destacam que o aumento de escolaridade não é condição suficiente para obter melhoria dos níveis de renda nas camadas inferiores da população. Para tanto, são necessárias políticas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam acesso a outras condições.

Comparando os dados do Brasil e do Chile, Sáinz e La Fuente (2001) puderam relacionar valores de rendimentos médios e anos de estudo dos diferentes níveis ocupacionais. Utilizando como base o valor considerado limite para a linha da pobreza, para fins de comparação, os autores observaram que, no Brasil, as diferenças nos anos de estudo entre os níveis ocupacionais são maiores que no Chile. Nesse país, o nível educacional, assim como os rendimentos, em média, são mais elevados do que no Brasil, em especial nos níveis mais inferiores. Por outro lado, nos níveis intermediários, no Chile, os valores de rendimentos estão bastante abaixo da média salarial do país, o que não ocorre no Brasil, onde a média salarial geral é mais baixa, porém somente os níveis ocupacionais inferiores estão abaixo dessa linha. Na Tabela 1, os números comparativos entre Brasil e Chile.

Tabela 1 - Comparação entre os níveis de ocupação de Brasil e Chile

Níveis Ocupacionais	BRASIL		CHILE	
	Rendimento Médio*	Anos de Estudo	Rendimento Médio	Anos de Estudo
Empresários	18,4	9,0	34,6	12,4
Diretores/ Gerentes	12,3	10,7	16,2	11,4
Bacharéis	20,5	15,0	15,4	16,3
Técnicos	5,6	11,2	9,1	13,4
Administrativos	5,7	10,1	5,4	12,5
Trabalhadores do comércio	4,4	7,0	4,5	10,2
Operários/ Artesões / Motoristas	4,0	5,3	5,0	9,5
Serviços pessoais	2,2	4,8	3,2	9,0
Trabalhadores agrícolas	1,5	2,5	3,9	6,4
TOTAL	4,5	6,1	7,4	10,4

Fonte: Adaptado de Sáinz e La Fuente (2001, p. 10).

Nota:\*Em equivalentes ao valor limite da linha da pobreza.

Em relação aos estados do Brasil, Zaist, Nakabashi e Salvato (2010) realizaram estudo a fim de estimar os retornos da escolaridade dos trabalhadores nos setores privados da economia do Estado do Paraná. Os autores avaliaram a importância de cada nível de ensino – primeiros anos do fundamental, últimos anos do fundamental, ensino médio e superior – para a geração de renda e para a produtividade do trabalhador. Mediante métodos econométricos e utilizando dados da PNAD relativos ao Paraná, foi possível constatar que o nível de educação é importante na determinação dos salários dos trabalhadores, visto que as faixas mais elevadas de estudo são as que proporcionam maiores retornos. De qualquer forma, os autores alertam para o fato de que o investimento nas primeiras faixas de ensino não pode ser desprezado, pois, sem a educação de base, não se pode chegar aos níveis superiores.

Para Balassiano, Seabra e Lemos (2004), a teoria do capital humano não tem sido explorada de forma adequada no que se refere à análise de evidências empíricas que possam comprovar a tese de que a educação formal aumenta os rendimentos individuais. Com base nesta constatação, os autores buscaram testar esse pressuposto por meio dos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes à região metropolitana do Rio de Janeiro, entre os anos de 1990 e 1999. Como resultado, os autores observaram que houve um incremento significativo dos salários apenas para os níveis de escolaridade mais altos (a partir do ensino médio). Para os demais níveis, não foi possível constatarem evidências que comprovassem a relação entre escolaridade e renda.

Especificamente no que se refere ao efetivo impacto da educação profissionalizante na inserção dos egressos no mercado profissional e também sobre os rendimentos desses indivíduos, Severnini e Orellano (2010) utilizaram dados do IBGE para comprovar essa hipótese. Os autores concluíram que os egressos de cursos profissionalizantes de nível básico podem obter renda até 37% maior do que a de indivíduos que não realizaram esse tipo de curso. Porém, para os egressos do ensino profissionalizante de nível tecnológico, a expectativa de renda seria 27% menor do que a de indivíduos que não cursaram essa modalidade no nível superior. Segundo os autores, esse fato poderia ser explicado pelas condições de outras variáveis, como a renda familiar dos pais. Ou seja, deve haver um viés de seleção, o que significa que os ingressos nesse nível de educação profissionalizante formem um grupo com características semelhantes, que interferem na melhoria do padrão de vida por meio da educação.

Em um trabalho de análise abrangente, utilizando dados oriundos da PNAD de 1977 a 1997, Menezes-Filho (2001) traçou as características da distribuição da educação na

população brasileira, apresentando a sua evolução ao longo dos anos. O autor teve como objetivo contribuir para a compreensão da importância da educação para o desempenho do trabalhador no mercado de trabalho no Brasil. Merecem destaque os indicadores utilizados pelo autor, os quais possibilitam a análise que é o objetivo do estudo.

Entre os resultados apresentados, o estudo de Menezes-Filho (2001) identificou os percentuais de indivíduos que fazem e que não fazem parte da população economicamente ativa (PEA) de acordo com a escolaridade. Entre os indivíduos fora da PEA, 35% faziam parte do grupo com menor nível educacional, e apenas 5% estavam entre os com mais tempo de educação formal. Para o grupo que compõe a PEA, os percentuais alteram-se significativamente: 27% dos indivíduos tinham apenas o nível fundamental ou até o nível médio de educação, enquanto 12% tinham nível superior.

Analisando como os diferenciais em termos de anos de estudo traduzem-se em diferenciais na remuneração profissional, Menezes-Filho (2001) conclui que a relação entre salários e educação não é linear: os ganhos salariais, associados a cada ano de estudo, não são constantes. Pela análise da Figura 1, pode-se verificar que os anos que representam os termos de ciclos escolares (4, 8, 11, 15/18), apresentam retornos econômicos maiores. Além disso, percebe-se que aqueles que concluíram o ensino fundamental recebiam, em média, três vezes mais do que os indivíduos analfabetos. Quando concluído o primeiro ano de faculdade (perfazendo-se 12 anos de estudo), esse ganho passou a ser quase três vezes maior do que o do concluinte do ensino médio, e seis vezes maior do que o dos analfabetos. Os trabalhadores que haviam concluído o ensino superior recebiam aproximadamente 12 vezes mais do que os do grupo sem escolaridade.

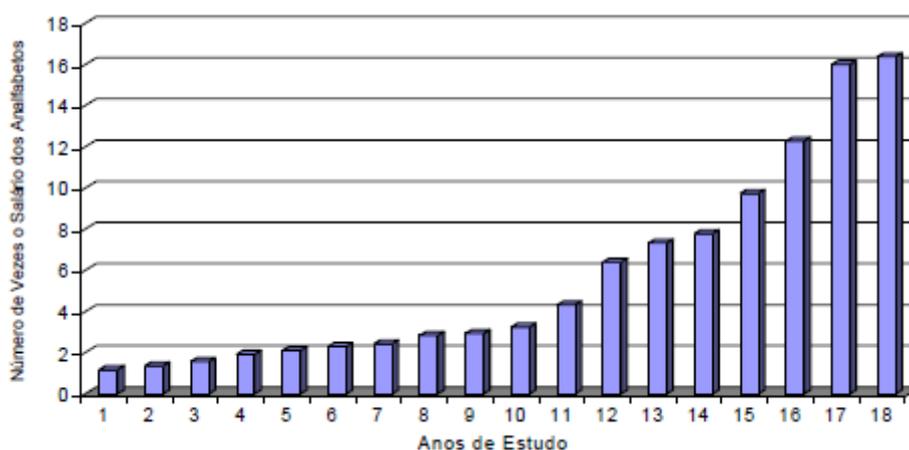


Figura 1 - Diferenciais salariais associados à educação no Brasil em 1997

Fonte: Menezes-Filho (2001, p. 24).

De forma semelhante, Schwartzman (2008), a partir de dados da PNAD de 2006, demonstra que as grandes diferenças de renda entre os trabalhadores iniciam-se a partir dos 11 anos de escolaridade – no nível do ensino médio – e aumentam significativamente para os trabalhadores de nível superior (Figura 2).

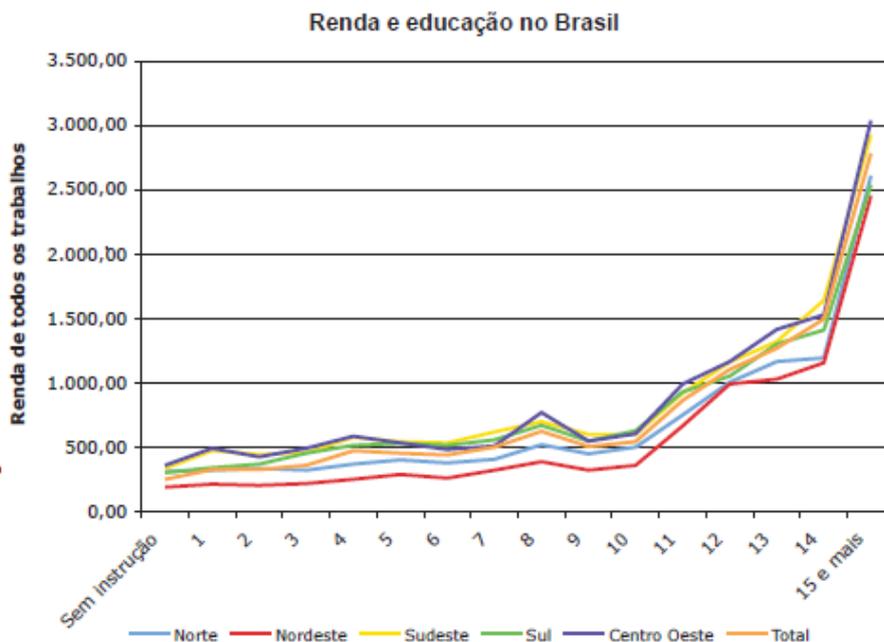


Figura 2 - Renda e educação no Brasil – PNAD 2006

Fonte: Schwartzman (2008, p. 9).

A relação entre o nível de educação formal e as ocupações é assunto do próximo tópico, complementando o referencial teórico para a determinação dos indicadores e o embasamento da análise dos resultados a serem apresentados.

## 2.2 EDUCAÇÃO E OCUPAÇÕES

De acordo com Bomeny e Pronko (2002), as ocupações que exigem algum nível de escolaridade definem claramente quais são as diferenças entre quem está ou não está qualificado para o seu desempenho.

O estudo de Sáinz e La Fuente (2001) classifica as ocupações em três níveis: superior, intermediário e inferior. O nível superior agrega profissionais que têm cerca de 15 anos de estudo, ou seja, o nível mais alto entre todas as ocupações. Os cargos de direção e gerência, os técnicos, administrativos e empresários, cujos níveis educacionais variam entre 8,9 e 12,1 anos, compõem o nível intermediário. O nível inferior engloba os trabalhadores do comércio, operários de obras, artesãos, motoristas, prestadores de serviços pessoais e agrícolas, cujos anos de estudo variam de 5,5 a 7,3 para as cidades, e não ultrapassam 2,9 para o campo. Os autores concluem que a classificação dos níveis ocupacionais por nível de escolaridade coincide com uma classificação feita a partir dos rendimentos; ou seja, há uma relação entre o nível de escolaridade e o rendimento, com algumas exceções, como, por exemplo, para os empresários. Os autores destacam que estes se diferenciam por, em geral, possuírem um rendimento superior ao equivalente ao seu nível de escolaridade.

Esteves (2009), por sua vez, realizou estudo buscando discutir a incompatibilidade entre a escolaridade dos trabalhadores e a educação requerida para o exercício das ocupações em que estão empregados. Segundo o autor, nas últimas décadas, especialmente nos países desenvolvidos, houve um aumento significativo dos níveis educacionais, o que resultou no aumento da oferta de mão de obra qualificada e, da mesma forma, no aumento da exigência de trabalhadores mais qualificados para o preenchimento destes postos de trabalho.

Assim, no caso de a oferta da mão de obra superar sua demanda, observa-se a incidência da chamada *overeducation*. Os autores que estudam esse fenômeno e suas implicações, como os retornos sobre os casos de *overeducation*, *required education* e *undereducation* (ORU), analisam as diferenças entre a escolaridade obtida e a educação requerida para as ocupações. A hipótese central desses estudos está baseada na seguinte questão: trabalhadores com atributos semelhantes de capital humano seriam remunerados de acordo com as diferenças de educação requerida por suas ocupações? Esteves (2009) afirma que existem evidências na literatura de que os retornos sobre ORU são significativos, ou seja, que os trabalhadores que possuem “educação a mais” percebem prêmios salariais por exercerem ocupações com educação requerida inferior ao seu nível educacional. Por outro lado, os trabalhadores com “educação a menos”, sofreriam penalidades por exercerem ocupações com educação requerida superior ao seu nível.

Estudo de Oliveira e Carvalho (2006) sobre o contexto da educação no Estado do Ceará aponta que indivíduos com mais qualificação, por possuírem uma expectativa de ganho salarial mais elevada, tendem a permanecer mais tempo desempregados, o que demonstra uma relação positiva entre escolaridade e duração da busca por emprego. Porém, esses também

tendem a uma maior estabilidade no emprego após a busca e a efetivação. Por outro lado, indivíduos menos qualificados, embora tendam a permanecer menos tempo desempregados, estão sujeitos a uma maior rotatividade no trabalho, ou seja, não possuem muita estabilidade.

Outro ponto importante quando se trata do mercado de trabalho, é o mercado informal. De acordo com Ullysea (2006), é consenso na literatura nacional que os trabalhadores informais, sem carteira assinada, apresentam, em média, menores níveis de escolaridade. No Estado do Ceará, a taxa de informalidade entre os indivíduos analfabetos alcança 90%. Para aqueles que completaram o ensino superior, essa taxa cai para 41% (OLIVEIRA, 2006), o que ainda é um valor alto.

Menezes-Filho (2001) aponta que cerca de 36% dos trabalhadores no Brasil não possuíam carteira de trabalho assinada em 1997, e que eram predominantemente não qualificados, uma vez que cerca de 72% não possuíam o ensino fundamental completo. Por outro lado, aproximadamente 5% desses trabalhadores haviam iniciado ou concluído curso de nível superior (Figura 3).

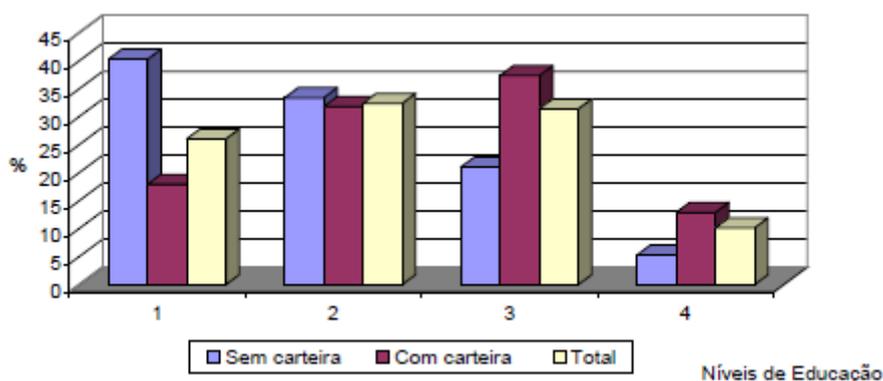


Figura 3 - Educação e trabalho formal

Fonte: Menezes-Filho (2001, p. 16).

Nota: os níveis de educação estão representados em quatro faixas: 1 – primeiros anos do ensino fundamental; 2 – últimos anos do ensino fundamental; 3 – ensino médio, e 4 – ensino superior.

Outro indicador utilizado por Menezes-Filho (2001) demonstra a taxa de desemprego entre as pessoas de cada grupo educacional. O autor comparou os valores dos anos de 1977 e 1997, concluindo que, além do aumento da taxa de desemprego (de cerca de 2% para cerca de 6%), o grupo mais afetado foi aquele que possui entre 5 e 10 anos de estudo (Figura 4).

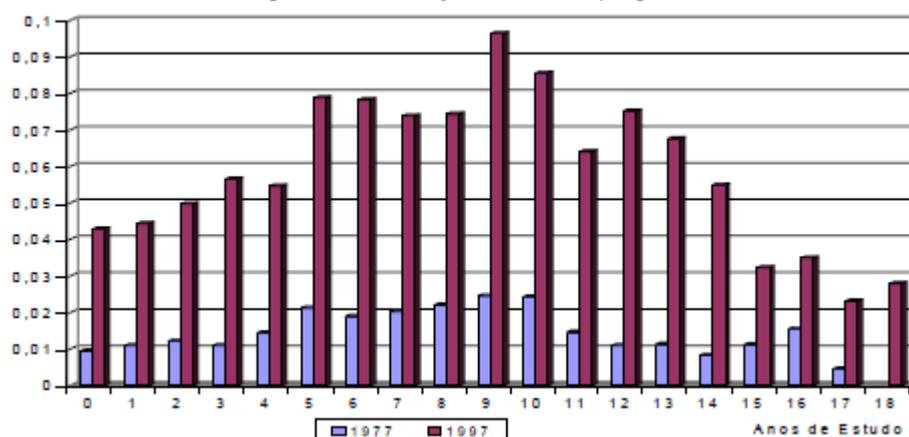


Figura 4 - evolução do desemprego

Fonte: Menezes-Filho (2001, p. 30).

Outra análise de interesse, em relação às ocupações, diz respeito aos setores que empregam os trabalhadores qualificados. Alves e Soares (1996) citam o estudo feito por Cacciamalli e Freitas (1992), no qual os autores testam teorias de determinação de salários a partir de dados do setor manufatureiro da região metropolitana de São Paulo. Entre os resultados, os autores puderam verificar que a qualificação superior foi significativa apenas em setores considerados modernos, como o eletrônico, o de comunicações e o setor químico, a partir da análise das características da ocupação (grau de qualificação exigido pelo posto de trabalho). Concluíram, então, que o perfil da demanda tem importância fundamental na determinação e na criação de diferenciais de salários. O trabalhador teria um ganho adicional por ocupar um posto que requer maior qualificação, além de receber um prêmio por seu maior nível de qualificação ou escolaridade.

Uma pesquisa referente à qualidade das ocupações relacionada ao nível de escolaridade foi realizada por Barros e Mendonça (1995). Os autores analisaram a qualidade do emprego no Brasil, a partir de dados do IBGE, também para a região metropolitana de São Paulo. Os autores concluíram que havia uma correlação positiva entre o nível de escolaridade do trabalhador, o que consideram como a “qualidade do trabalhador”, e a qualidade do emprego. Os trabalhadores com maiores níveis educacionais teriam, como benefício por seu maior capital humano, acesso mais facilitado aos empregos de mais alta qualidade.

Em relação às ocupações e aos ramos de atividade, Menezes-Filho (2001) analisou os níveis de educação dos indivíduos que atuam nas diferentes atividades. Na Figura 5, estão apresentados os resultados encontrados pelo autor. Os níveis de educação estão divididos em

quatro faixas: 1 – primeiros anos do ensino fundamental; 2 – últimos anos do ensino fundamental; 3 – ensino médio, e 4 – ensino superior.

Como se pode verificar na Figura 5, as ocupações na área de serviços pessoais são dominadas por profissionais com nível de educação superior. Os indivíduos com nível médio de formação distribuem-se entre as atividades de serviços pessoais, comércio e indústria; enquanto, no grupo dos profissionais com somente os primeiros anos do ensino fundamental, o ramo de atividade preponderante é a agricultura.

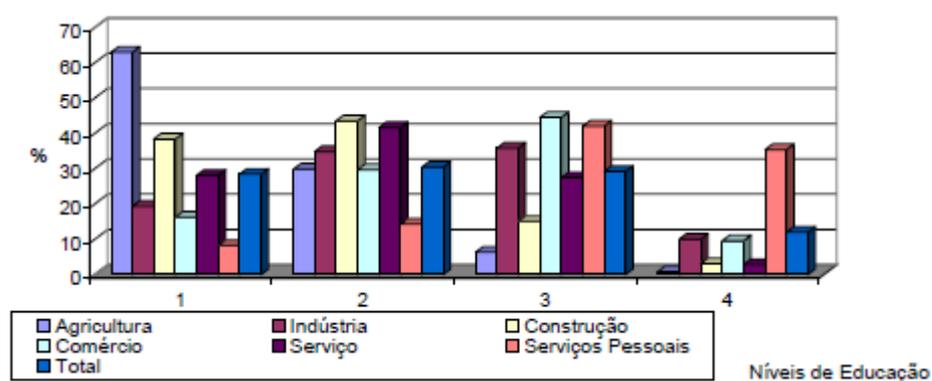


Figura 5 - Educação e ramos de atividade

Fonte: Menezes-Filho (2001, p. 15).

Nota: os níveis de educação estão representados em quatro faixas: 1 – primeiros anos do ensino fundamental; 2 – últimos anos do ensino fundamental; 3 – ensino médio, e 4 – ensino superior.

Na Figura 6, na seqüência, são analisadas as posições na ocupação de acordo com o nível de educação. Menezes-Filho (2001) pode observar que a distribuição educacional dos empregados resultou semelhante à da população em geral. Entre os trabalhadores por conta própria, cerca de 60% estavam na faixa dos que possuem menos de oito anos de estudo. O autor ainda chama a atenção para o fato de que, apesar de estarem representados entre os com mais tempo de estudo, aproximadamente 30% deles não haviam completado o ensino fundamental.

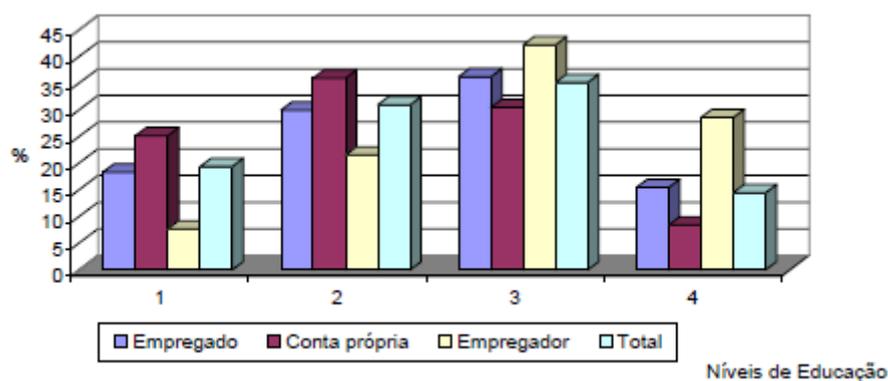


Figura 6 - Educação e posição na ocupação

Fonte: Menezes-Filho (2001, p. 15).

Nota: os níveis de educação estão representados em quatro faixas: 1 – primeiros anos do ensino fundamental; 2 – últimos anos do ensino fundamental; 3 – ensino médio, e 4 – ensino superior.

### 2.3 AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES

A economia da educação trata de explicar o processo de formação da demanda e da oferta no “mercado educacional” (PIRES, 2005). Porém, ao contrário do mercado tradicional, definido pelo pensamento neoclássico (em que o sistema de preços define as condições de oferta e demanda), a educação pode ser tratada em um sistema educacional, que tem em seu miolo o planejamento educacional, realizado pelo governo, cuja função é administrar a demanda social por educação. Assim, o governo é que desenvolve mecanismos de avaliação dos demandantes do sistema educacional, com base em elementos demográficos e do mercado de trabalho, para então viabilizar as ofertas de educação.

Pires (2005) complementa, afirmando que, ao não tratar a oferta e a demanda da educação no contexto neoclássico, no qual o mercado seria o único viabilizador das condições de oferta e demanda, a economia da educação pode ser entendida dentro da teoria keynesiana. Para os seguidores desta linha de pensamento, a intervenção estatal não pode ser eliminada do contexto econômico (PIRES, 2005).

Os teóricos da economia da educação (BECKER, 1964; INCER, 1958 apud PIRES, 2005; SCHULTZ, 1963), trouxeram para o sistema educacional o mesmo raciocínio utilizado para qualquer outra mercadoria, ou seja, determinar o ponto até o qual deve ser produzida e consumida de forma vantajosa. Neste caso, deveriam ser respeitadas as relações custo-

benefício típicas do mercado, justificando-se somente aquelas despesas cujos benefícios resultantes compensariam o esforço do investimento. Assim, para o indivíduo, os gastos com educação justificam-se por proporcionarem-lhe alguma vantagem em relação a permanecer sem instrução ou com um grau menor de instrução.

Deste modo, a educação pode ser vista como um tipo de consumo, já que proporciona satisfação a quem dela desfruta, ou como um investimento (PIRES, 2005). No caso desta segunda opção, pode ser estabelecida uma relação direta entre educação e mercado de trabalho, uma vez que o retorno dar-se-á na forma de salários ou de outros tipos de remuneração que dependam da aplicação do estoque de conhecimento adquirido.

Em meio a esse contexto, a economia da educação, e a teoria do capital humano em particular, vêm sendo alvo de críticas desde o seu surgimento. Tais críticas referem-se, em sua maioria, ao conceito de capital humano, que é considerado, pelos críticos, como um simples esforço cujo objetivo seria legitimar a lógica mercantil capitalista, auxiliando a consolidação da exploração. Frigotto (1984 apud PIRES, 2005), por exemplo, defende que a teoria do capital humano desconsidera o fato de que a escola cumpre função de mediação no processo de acumulação capitalista, devido a sua ineficiência. Desta maneira, a escola estaria auxiliando na reprodução das relações capitalistas de produção, limitando a classe trabalhadora, que não teria acesso qualificado a ela.

De acordo com Seabra (2002), a teoria do capital humano é uma forma de se explicar e justificar para a sociedade dois problemas:

Por um lado, quanto ao aspecto macroeconômico, permanecem as gigantescas diferenças de desenvolvimento econômico-social entre países; e por outro, quanto ao aspecto microeconômico, permanecem os profundos abismos que separam os indivíduos no que diz respeito à renda, ao conforto material, ao acesso aos bens culturais. (SEABRA, 2002, p. 18).

Davenport (1999), também criticando a teoria do capital humano, afirma que os trabalhadores não devem ser vistos como capital humano, mas sim como proprietários e investidores de capital humano. Ou seja, para o autor, os trabalhadores não deveriam ser mais considerados como o principal ativo de uma empresa, mas sim como sócios dos proprietários dos demais ativos.

Já para Santos (1996), a dicotomia educação-trabalho vem sendo questionada, sobretudo no que se refere à seqüência educação-trabalho. Para o autor, a transformação dos

processos produtivos, que vem ocorrendo de forma cada vez mais acelerada, faz com que a educação seja concomitante ao trabalho, e não apenas anterior ao trabalho:

[...] a formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo produtivo, sendo disso sintomas as exigências da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional, bem como o aumento da percentagem de adultos e de trabalhadores-estudantes entre a população estudantil. (SANTOS, 1996, p. 196).

O autor ainda complementa, afirmando que atualmente, a própria concepção de trabalho vem alterando-se, tornando mais tênue a ligação entre trabalho e emprego. Assim, o investimento na formação não é mais em determinado emprego, mas sim em uma educação mais generalista.

Outra crítica tratada por Pires (2005) é originada da teoria da segmentação do mercado de trabalho, que teve seu auge durante as décadas de 1950 e 1960. A partir dessa abordagem, pode-se concluir que a remuneração que pode ser obtida pelos indivíduos, ao se empregarem, não depende apenas do investimento feito em capital humano, ou seja, do quanto se capacitaram ou do quanto fizeram para elevar sua produtividade individual. Portanto, uma política educacional, de incentivo ao investimento em capital humano, pode não ter o retorno esperado, uma vez que a remuneração do trabalho é estratificada: os níveis mais altos de renda nem sempre correspondem aos maiores investimentos em capital humano. Os salários não dependem apenas da produtividade do trabalho, mas também das características institucionais, regras e rotinas setoriais e internas às empresas. Logo, a educação teria o papel de credenciar os indivíduos para o acesso ao mercado de trabalho, em vez de estabelecer níveis de remuneração.

Outra crítica à teoria do capital humano surgiu na década de 1970, a partir de seguidores da teoria credencialista (ou da sinalização) da educação. Esses teóricos sugeriram uma terceira variável a ser considerada no contexto da relação educação e rendimentos: a habilidade inata do trabalhador. Assim, afirmavam que os rendimentos associados aos maiores níveis de escolaridade representavam a remuneração das habilidades inatas dos trabalhadores, e não das habilidades adquiridas na escola (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2009).

De qualquer forma, ambas as teorias – do capital humano e da sinalização – têm a mesma implicação empírica, segundo esses autores: maiores níveis de educação são

associados a maiores níveis de renda. A diferença está em que, na teoria do capital humano, o aumento da produtividade é causado pela maior escolaridade – relação direta de causa e efeito – enquanto, na teoria da sinalização, a maior escolaridade apenas sinaliza uma produtividade mais elevada, que seria fruto das habilidades inatas.

No contexto das relações entre educação e renda, pode-se inferir que as pessoas de baixa renda tendem a continuar nessa condição, uma vez que há um elevado custo para que se possa estudar até que se alcancem os retornos esperados para os níveis superiores de ensino. Portanto, seria função do governo ampliar a oferta de ensino público, assim como garantir sua qualidade, tornando também a opção pelo ingresso e a manutenção na escola uma alternativa atrativa (ZAHIST; NAKABASHI; SALVATO, 2010).

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

No que diz respeito à gestão de políticas públicas de educação, nos últimos anos, as políticas educacionais produziram avanços nos marcos regulatórios para a educação básica, profissional e tecnológica e educação superior. Serão apresentadas a seguir as principais iniciativas e políticas públicas de educação adotadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no período compreendido entre 2003 a 2010 (BRASIL, 2010a).

#### **3.1 EDUCAÇÃO BÁSICA**

A implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, colocado em prática em 2007, estabeleceu um novo regime de colaboração entre os entes federados. A substituição do Fundef – restrito ao ensino fundamental – pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como mecanismo de financiamento de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) marcou a mudança de enfoque entre estados e União.

A partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007, todas as transferências voluntárias e a assistência técnica do MEC passaram a estar condicionadas à adesão do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação. Na Figura 7, é apresentada a evolução dos números referentes Programa Brasil Escolarizado, na qual se pode observar o crescimento dos valores investidos e das taxas de frequência nos diferentes níveis da educação básica.

Na Educação Infantil, os principais avanços foram a expansão da oferta, o aumento dos recursos vinculados à matrícula nesse nível de educação, a melhoria na qualidade do atendimento em função dos investimentos na formação inicial e continuada de professores. Além disso, o ProInfância, criado em 2007 com o objetivo de dar assistência financeira para a construção de equipamentos e mobiliários para creches e pré-escolas, realizou convênio para a construção de 2 mil unidades educacionais.

Quanto ao Ensino Fundamental, o principal objetivo, que era de colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola, foi praticamente atingido; portanto, a qualidade da

educação, a partir de então, passou a ser o próximo desafio. Para tanto, as iniciativas mais importantes foram a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, as correções das distorções idade/ciclo/série, a avaliação do desempenho dos alunos por meio da Prova Brasil e da Provinha Brasil, e a definição de novas orientações curriculares para o Ensino Fundamental.

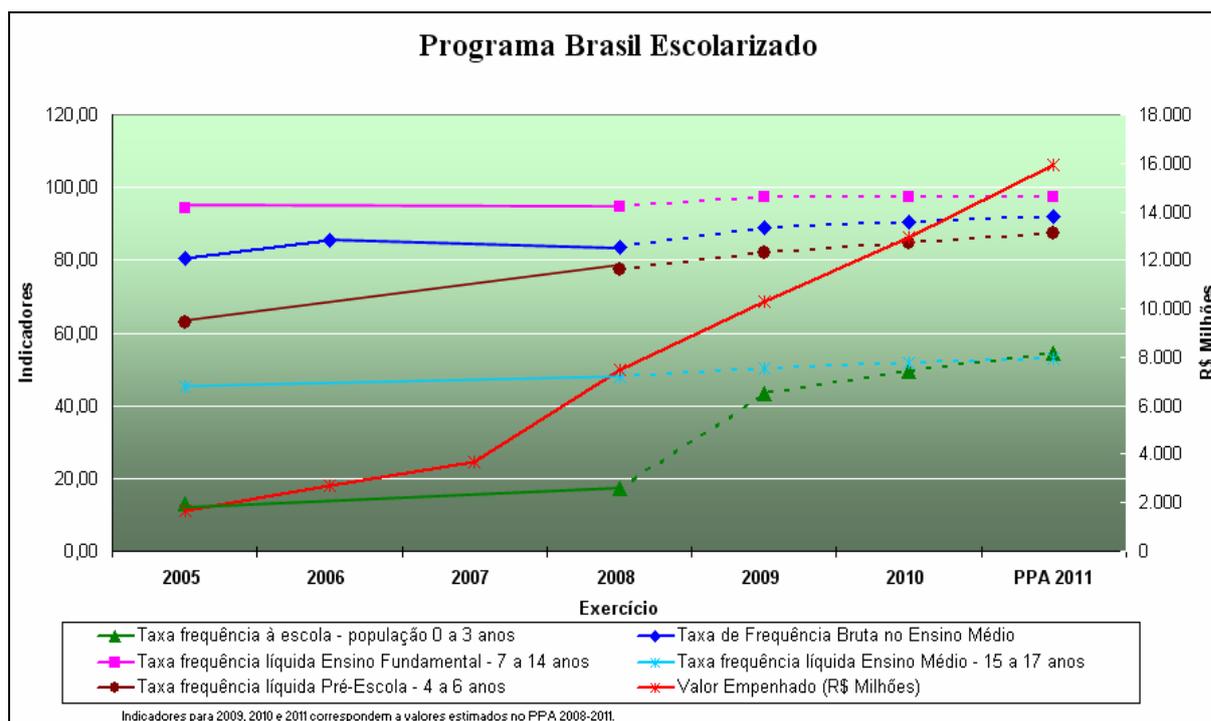


Figura 7 - Programa Brasil escolarizado

Fonte: Brasil (2010b, p. 15).

A Política Nacional do Ensino Médio, beneficiada pelos recursos do Fundeb, vem investindo em políticas estruturantes como o Programa Nacional do Livro Didático, as Bibliotecas Escolares, o Transporte Escolar e a Alimentação Escolar, os quais, no seu conjunto, vêm contribuindo para o aumento da matrícula e para uma melhoria da qualidade.

A valorização profissional e a formação de professores foram contempladas pela criação de programas como a rede nacional de formação continuada. O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) são exemplos de programas para ampliar e interiorizar a oferta de cursos de educação superior. Além disso, a instituição do Piso Salarial Nacional passa a auferir ao magistério um avanço significativo na profissionalização da carreira docente.

A inclusão digital e a educação a distância também foram contempladas como forma de qualificação da educação básica. Foram distribuídos computadores para a instalação de laboratórios de informática, banda larga para acesso à internet, aparelhos e mídias de DVD com programas educativos, além de ter sido oferecida formação de professores para uso dessas tecnologias.

Em 2003, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, permitiu um amplo debate para a construção de um sistema educacional inclusivo no país, voltado à inclusão escolar de alunos com deficiências e transtornos. Em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Com relação às pesquisas, menciona-se a expansão do Censo da Educação Básica, que passou a coletar informações por aluno, o que permitiu maior precisão dos dados coletados. Devem ser também destacados a aplicação da Prova Brasil para todos os alunos da 4ª e da 8ª séries, e a Provinha Brasil, como forma de auxiliar na alfabetização; a reformulação do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), que permitiu a alteração de conteúdos para servir como base para o currículo do ensino médio e seu uso para seleção de vagas em universidades, o financiamento estudantil e as bolsas de estudo. A Figura 8 apresenta o crescimento no número de inscritos no ENEM nos últimos anos, o que ilustra o crescente grau de importância deste teste para os estudantes. Além disso, também é necessário fazer-se menção à criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ao estabelecimento de metas por escola, por município, por estado e para o Brasil.

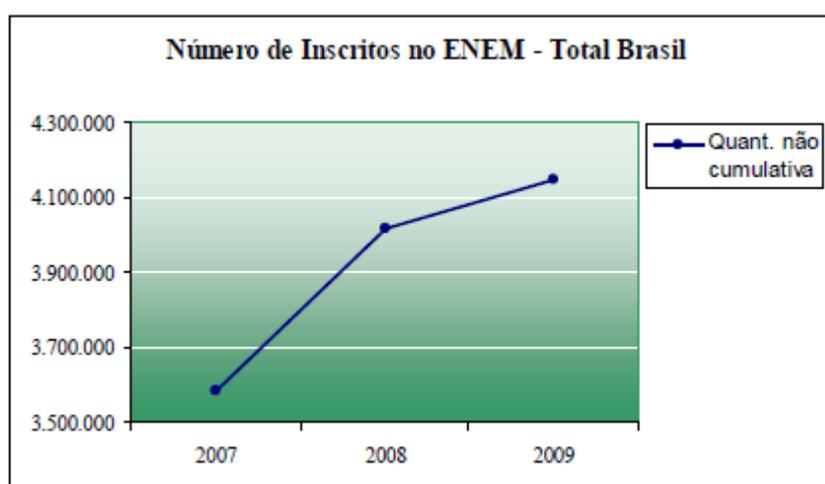


Figura 8 - Número de inscritos no ENEM

Fonte: Brasil (2010b, p. 21).

O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – é uma prova criada em 1998 pelo Ministério da Educação que é utilizada como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio no país. Além disto, o ENEM também passou a ser utilizado como exame de acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras através do SiSU (Sistema de Seleção Unificada). A prova do ENEM também é realizada por pessoas com interesse em ganhar pontos para o ProUni (Programa Universidade para Todos) e, a partir de 2009, além de servir como certificação de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), substituiu o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

De acordo como o MEC, o ENEM é estruturado a partir de 4 competências, definidas como modalidades estruturais da inteligência, ações e operações que são utilizadas para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que se desejam conhecer, e 21 habilidades definidas como decorrentes das competências adquiridas e que se referem ao plano imediato do “saber fazer”, articulando-se por meio de ações e operações.

ENEM 2009 - Desempenho nas Capitais			
UF	Capital	Alunos Participantes	Médias
SC	FLORIANÓPOLIS	2.439	597,51
RS	PORTO ALEGRE	6.528	583,39
RJ	RIO DE JANEIRO	26.823	582,57
MG	BELO HORIZONTE	11.657	578,98
GO	GOIÂNIA	7.063	576,53
ES	VITÓRIA	3.997	568,55
MS	CAMPO GRANDE	5.091	568,04
PR	CURITIBA	12.176	562,73
PB	JOÃO PESSOA	3.865	560,67
SP	SÃO PAULO	36.118	560,02
RN	NATAL	4.436	559,76
PE	RECIFE	12.093	559,55
DF	BRASÍLIA	13.408	558,48
CE	FORTALEZA	8.078	557,94
BA	SALVADOR	13.332	553,61
PI	TERESINA	8.566	550,01
PA	BELÉM	7.086	548,42
AL	MACEIÓ	3.411	544,93
MA	SÃO LUÍS	10.200	544,77
SE	ARACAJU	2.868	542,4
MT	CUIABÁ	5.279	538,74
RO	PORTO VELHO	2.080	535,3
TO	PALMAS	1.714	531,37
AP	MACAPÁ	1.394	531,19
AM	MANAUS	12.126	527,23
AC	RIO BRANCO	1.541	521,00
RR	BOA VISTA	1.252	511,15
CAPITAIS		224.621	559,88

Figura 9 – Desempenho do ENEM 2009

Fonte: Exame... (2009).

Os resultados do ENEM são utilizados pelo governo do país como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio no país, orientando as políticas educacionais do Brasil. Os dados apontados por essas avaliações têm mostrado, por exemplo, a distância entre o ensino público e o privado. Mesmo numa prova que avalia habilidades e competências, em detrimento da memorização de conteúdos, a diferença de notas entre alunos de um e outro sistema de ensino foi de 62% em 2005, por exemplo. Afora isto, desde que o ENEM se tornou o exame de principal acesso as instituições de nível superior, o mesmo têm passado por alguns problemas que causam temor e receio entre os estudantes, tais como furto de provas (em 2009) e divulgação de gabarito errado.

### 3.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica afirmou-se como política pública, neste período em análise, pelo seu compromisso com a sociedade e pela integração entre ciência, cultura e mercado de trabalho. Destacam-se a criação dos Institutos Federais – 214 novas unidades de ensino federais que disponibilizam 500 mil matrículas em toda a rede – e a nova organização da oferta da educação profissional verticalizada, ou seja, a oferta de formação inicial e continuada, formação de técnicos e tecnólogos, licenciatura e pós-graduação. Na Figura 9, a evolução do número de matrículas dos níveis técnico e tecnológico e dos valores investidos nesta modalidade de ensino.

Desenvolveu-se uma política de apoio à oferta de ensino médio na forma integrada à educação profissional técnica, com matrícula única e projeto pedagógico integrado. Desta forma, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, contempla a elevação de escolaridade e a profissionalização dos alunos.

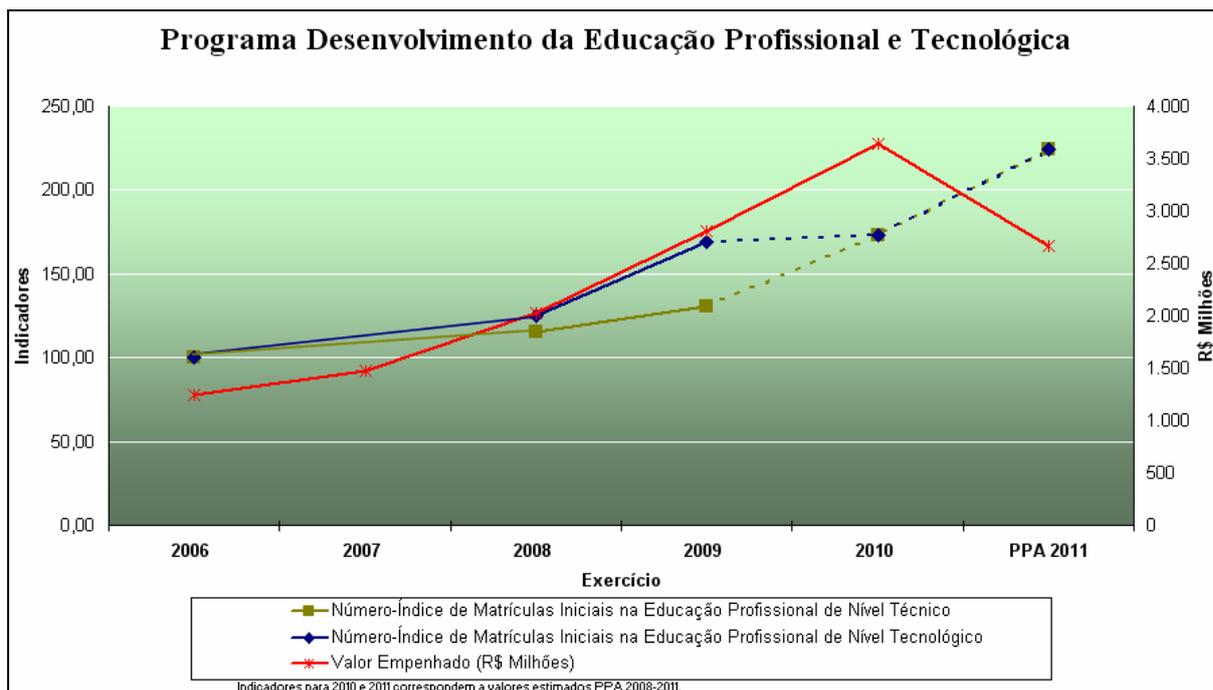


Figura 10 - Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica

Fonte: Brasil (2010b, p. 13).

O Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC – foi criado para disponibilizar informações sobre cursos técnicos de nível médio, escolas e alunos da rede pública e da rede privada. Além disso, a criação do E-TEC Brasil possibilitou a oferta de vagas em ensino profissional na modalidade de educação à distância com o objetivo de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio e cursos tecnológicos de nível superior.

### 3.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Considerando o papel decisivo da educação superior para a inclusão social, a geração de trabalho e renda, a diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, houve, no período em análise, expansão da educação de qualidade, democratização do acesso às instituições públicas e privadas, reformulação da avaliação das ferramentas de coleta de dados, além da ampliação da pós-graduação. A Figura 11 apresenta os principais indicadores considerados pelo MEC como

representativos da evolução quantitativa e qualitativa do ensino superior federal, assim como a taxa de crescimento dos valores empenhados para alcançar este objetivo.

O programa de expansão das vagas públicas teve início em 2003, por meio do Programa de Expansão das Instituições Federais de Educação Superior, e teve continuidade em 2007, mediante o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Houve a implantação de 14 novas universidades federais, 126 novos *campi* universitários e a duplicação das vagas ofertadas.

Com relação às instituições privadas, o ProUni – Programa Universidade para Todos – e o Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – foram os programas adotados para a ampliação de ingresso e permanência de alunos nas instituições privadas.

Neste período foi criado o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, que considera resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade, uma reformulação do antigo “provão”, realizado por todos os ingressantes e concluintes dos cursos superiores. Além do que, o Censo foi reformulado para subsidiar as políticas de educação superior, coletando informações de cada aluno e dos docentes vinculados a cada curso de graduação.

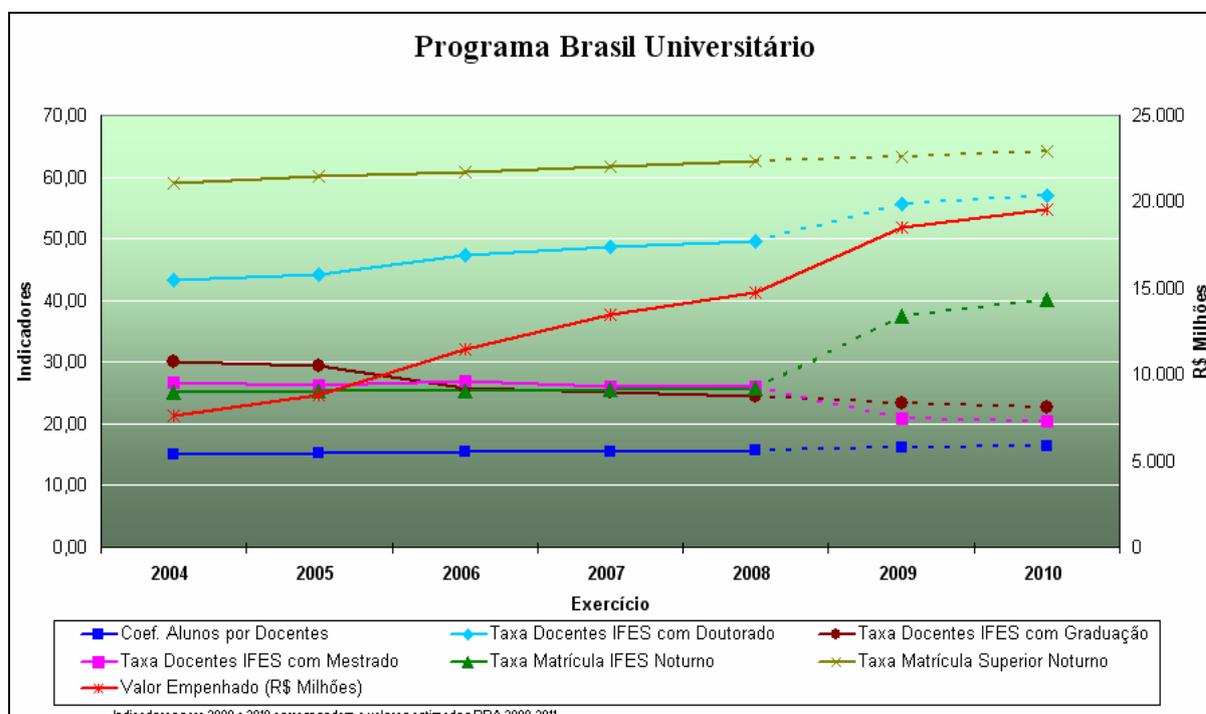


Figura 11 – Programa Brasil universitário

Fonte: Brasil (2010b, p. 31).

Em termos de pós-graduação, foram realizadas ações indutivas ao desenvolvimento de projetos para a formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o País, além de ter havido a ampliação do número de bolsas de mestrado e doutorado concedidas, bem como o reajuste de seus valores.

### 3.4 ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O objetivo geral do Programa é elevar o nível de alfabetização e escolarização da população de jovens e adultos, reduzindo a taxa de analfabetismo e o número absoluto de analfabetos, com foco nos jovens e adultos de 15 anos de idade ou mais, não alfabetizados ou com baixa escolaridade. A queda na taxa de analfabetismo de jovens e adultos (pessoas com 15 anos ou mais) e o avanço em sua escolarização estão aquém do necessário (Figura 12). Em 2009, a firme meta de concretizar a proposta do PDE por meio de ações pautadas em uma visão sistêmica que articula alfabetização e continuidade no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), norteou a implementação, coordenação e a integração de cinco eixos de políticas públicas para essa modalidade: articulação das redes sociais para a formulação, acompanhamento da execução e controle social da política pública de EJA; financiamento; formação; material didático e fomento à leitura.

Foram implementadas Agendas Estaduais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização de Jovens e Adultos, com o objetivo de fortalecer as ações do EJA. Neste sentido, o MEC ampliou a participação dos estados e municípios na distribuição dos recursos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Durante o período de 2006 a 2010, a modalidade do EJA passou a ser contemplada em todos os mecanismos de financiamento vigentes de educação.

### Programa Brasil Alfabetizado e EJA

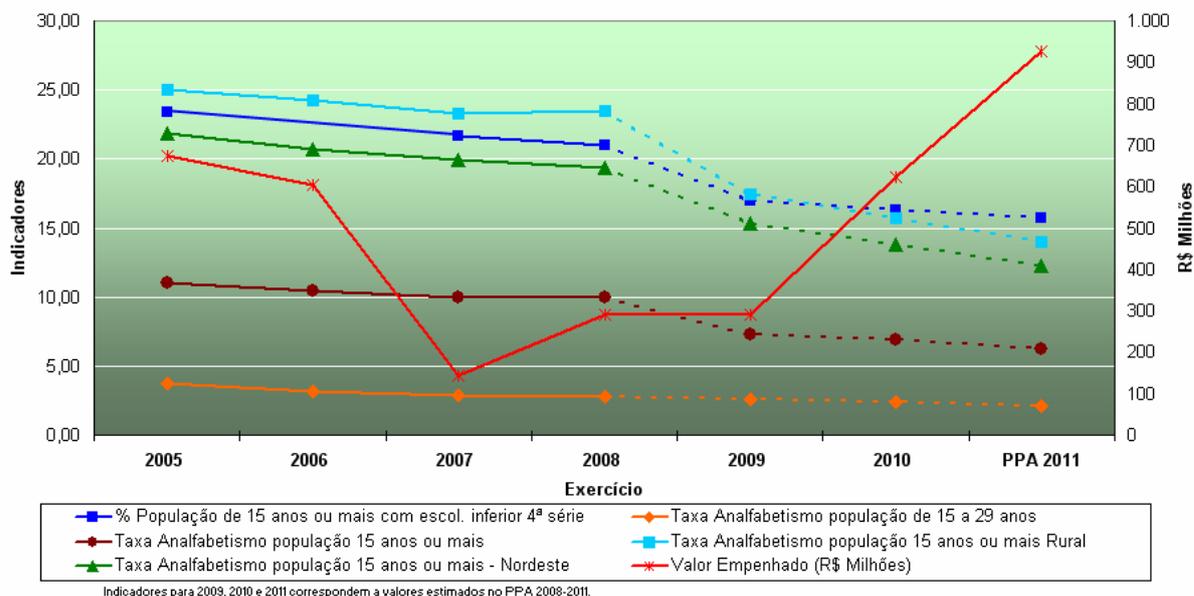


Figura 12 – Programa Brasil alfabetizado e EJA

Fonte: Brasil (2010b, p. 34).

### 3.5 DIVERSIDADE

O PDE – Plano de Desenvolvimento de Educação – baseia-se em um conceito amplo de educação inclusiva que procura acolher o desafio do processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade. Caso haja necessidade, políticas para públicos específicos são desenvolvidas, bem como a inserção de temas da diversidade nas políticas públicas.

Exemplo disso é a rede Educação para a Diversidade, que objetiva a formação de professores de educação básica com vistas ao reconhecimento e à valorização das diversidades brasileiras, tratando temas como os relativos à cultura afro brasileira e indígena, às questões de gênero e diversidade nas escolas, à educação ambiental, dentre outras. Na Figura 13, a evolução dos índices estabelecidos pelo Programa, assim como os valores investidos.

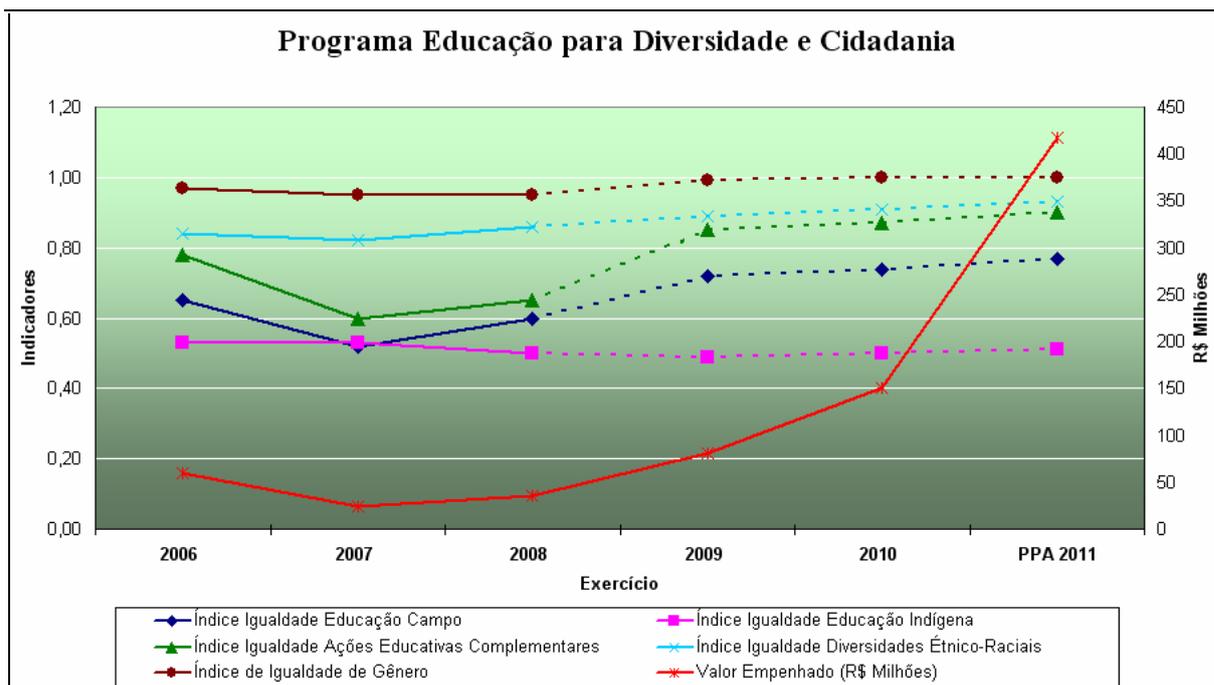


Figura 13 – Programa educação para diversidade e cidadania

Fonte: Brasil (2010b, p. 28).

### 3.6 PISA

Não obstante os avanços significativos da educação brasileira nos últimos anos, os números, quando comparados a padrões internacionais, devem ser comemorados com cautela. De acordo com os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa o 54º lugar de um total de 65 países analisados.

O PISA avalia, a cada três anos, estudantes na faixa dos 15 anos de países membros da OCDE (países desenvolvidos) e países convidados, como o Brasil, tendo como objetos de avaliação: a leitura, a matemática e as ciências. Nesta última edição, o foco de avaliação foi a leitura. A prova é organizada pela OCDE e aplicada por órgãos nacionais; no Brasil foi aplicada pelo INEP, do Ministério da Educação. A Tabela 2 mostra as médias obtidas pelos alunos brasileiros entre os anos de 2000 e 2009.

Tabela 2 - PISA - médias do Brasil por áreas de conhecimento

<b>Médias gerais do Brasil no Pisa e resultados por área de conhecimento</b>				
<b>Ano</b>	<b>Média geral</b>	<b>Leitura</b>	<b>Matemática</b>	<b>Ciências</b>
2009	401	412	386	405
2006	384	393	370	390
2003	383	403	356	390
2000	368	396	334	375

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2010).

As principais conclusões do PISA foram de que, em nove anos (de 2000 a 2009), os alunos brasileiros ganharam o equivalente a um semestre de aprendizagem de leitura. Apesar desse avanço, o Brasil está entre os piores do ranking tanto em leitura quanto em matemática e ciências. O estudante brasileiro médio consegue apenas identificar fatos explícitos em um texto, mas é incapaz de compreender subjetividades simples (como interpretações e inferências), conforme apresentação dos dados da pesquisa.

Outras evidências do exame indicam que vale mais investir em salários de professores do que em diminuir o tamanho das classes, que a reprovação prejudica o desempenho dos estudantes, que meninas têm notas melhores em leitura, e meninos em matemática, e que estudantes que lêem grifando partes importantes do texto têm desempenho melhor.

Tabela 3 - PISA 2009 por áreas de conhecimento – países selecionados

	<b>MÉDIA</b>	<b>LEITURA</b>	<b>MATEMÁTICA</b>	<b>CIÊNCIAS</b>
CHILE	<b>439</b>	449	421	447
URUGUAI	<b>427</b>	426	427	427
MÉXICO	<b>420</b>	425	419	416
<b>BRASIL</b>	<b>401</b>	<b>412</b>	<b>386</b>	<b>405</b>
COLÔMBIA	<b>399</b>	413	381	402
ARGENTINA	<b>396</b>	398	388	401
PANAMÁ	<b>369</b>	371	360	376
PERU	<b>368</b>	370	365	369

Fonte: Elaborada a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2010).

Conforme o estudo, a China (Xangai) ultrapassou a Finlândia e passou a ser o sistema educacional com o melhor desempenho do mundo. Para o Brasil, apesar do avanço, o país ainda está entre os piores do *ranking*, tanto em leitura como em matemática e ciências (Tabela 3 e Figura 13).

PAIS	Media	PAIS	Media	PAIS	Media
CHINA (SHANGAI)	577	ESLOVÊNIA	499	SÉRVIA	442
HONG KONG	546	IRLANDA	497	CHILE	439
FINLÂNDIA	543	FRANÇA	497	BULGÁRIA	432
SINGAPURA	543	<b>OCDE</b>	<b>496</b>	URUGUAI	427
COREIA	541	ESTADOS UNIDOS	496	ROMÊNIA	427
JAPÃO	529	HUNGRIA	496	TAILÂNDIA	422
CANADÁ	527	SUÉCIA	496	MÉXICO	420
NOVA ZELÂNDIA	524	REP. TCHECA	490	TRINIDAD E TOBAGO	414
CHINA (TAIWAN)	520	PORTUGAL	490	MONTENEGRO	404
AUSTRÁLIA	519	ESLOVÁQUIA	488	JORDÂNIA	402
HOLANDA	519	ÁUSTRIA	487	<b>BRASIL</b>	<b>401</b>
LIECHTENSTEIN	518	LETÔNIA	487	COLÔMBIA	399
SUIÇA	517	ITÁLIA	486	KAZAQUISTAO	399
ESTÔNIA	514	ESPANHA	484	ARGENTINA	396
ALEMANHA	510	LUXEMBURGO	482	TUNÍSIA	392
BÉLGICA	509	LITUÂNIA	479	AZERBAIJÃO	389
MACAU	508	CROÁCIA	474	INDONÉSIA	385
POLÔNIA	501	GRÉCIA	473	ALBÂNIA	384
ISLÂNDIA	501	RÚSSIA	469	CATAR	373
NORUEGA	500	DUBAI (EAU)	459	PANAMÁ	369
REINO UNIDO	500	ISRAEL	459	PERU	368
DINAMARCA	499	TURQUIA	455	QUIRGUISTÃO	325

Figura 14 - Os números do PISA

Fonte: Elaborado a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2010).

### 3.7 ESTUDO DO BANCO MUNDIAL

Afora o PISA, estudo divulgado pelo Banco Mundial “Atingindo uma educação de nível mundial” (BANCO MUNDIAL, 2010), aponta a qualidade do ensino secundário, a eficiência do gasto público, a qualidade dos professores e a educação infantil como os quatro desafios mais importantes da educação brasileira. De acordo com Makhtar Diop, diretor do Banco Mundial para o Brasil, o estudo também aponta que o Brasil fez progressos na

educação básica nos últimos 15 anos, mas ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir seu objetivo de chegar ao nível dos países da OCDE. Conforme se pode observar na Figura 15, enquanto a média de anos de estudo no Brasil era de 7,7 em 2009, nos países da OECD este número varia entre 8,5 e 13,9.

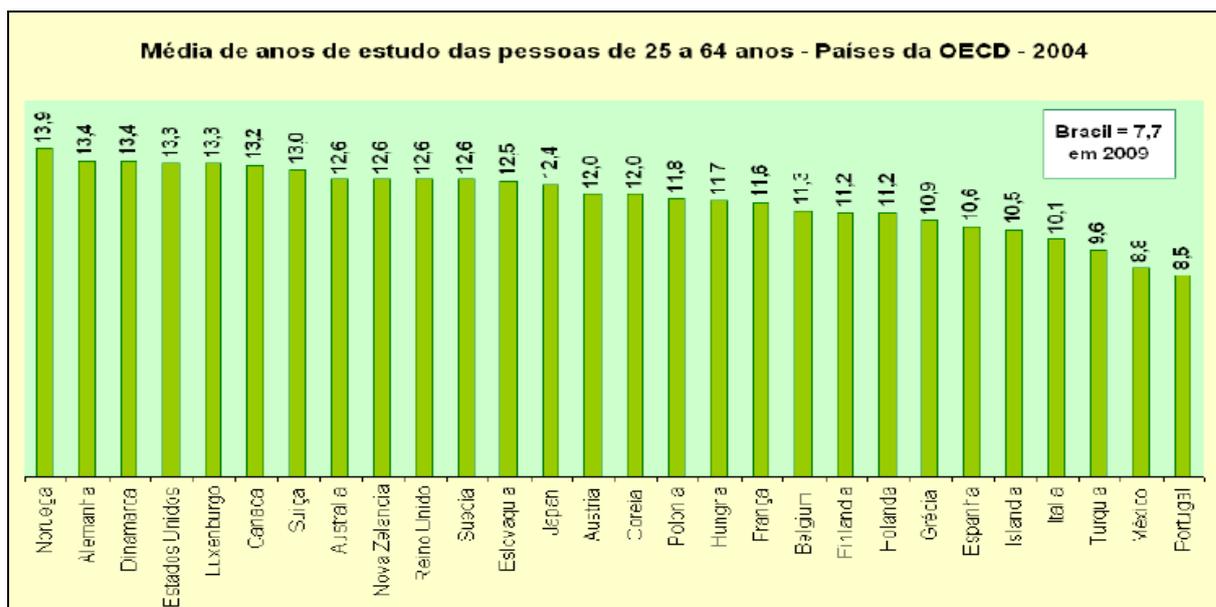


Figura 15 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 a 64 anos – Países da OECD – 2004

Fonte: Organisation for Economic Co-Operation and Development (2009).

Conforme o estudo, em relação à qualidade dos professores, o relatório denota a necessidade de atrair pessoas mais capacitadas para ensinar, além de políticas inovadoras na educação, como programas de bônus para professores. Quanto à educação infantil, o Banco Mundial observa que o Brasil está aumentando rapidamente o ensino pré-escolar e a cobertura das creches, mas será preciso um maior foco sobre a qualidade desses serviços.

Com relação à transição demográfica, que produzirá uma redução da população de idade escolar na próxima década, o estudo do Banco Mundial sugere usar os recursos que serão liberados para aumentar a qualidade, sobretudo do ensino médio. Uma sugestão apresentada é o oferecimento de ensino integral diurno para os 42% de alunos do nível médio que atualmente cursam escola noturna de quatro horas.

O Brasil teve o mais rápido aumento educacional médio da força de trabalho em todo o mundo passando, de 5,6 para 7,2 anos de escolaridade de 1990 a 2010. Além disso, o Brasil atingiu a cobertura universal da educação primária e teve forte progresso no aumento da

conclusão do ensino primário (de 40% para 72%), e obteve a mais rápida expansão das matrículas, no nível médio, da América Latina. Apesar disso tudo, ainda é preciso evoluir em alguns pontos.

O estudo sugere que a busca pelo aumento de gastos não deveria tirar a atenção das áreas onde os dados comparativos mostram que o nível de gastos atual do Brasil deveria estar produzindo melhores resultados. Uma destas áreas é a alocação de fundos para diferentes níveis educacionais. Enquanto os países da OCDE gastam em média 2 vezes mais por estudante no ensino superior que no nível fundamental, o Brasil gasta quase 6 vezes mais (Figura 16).

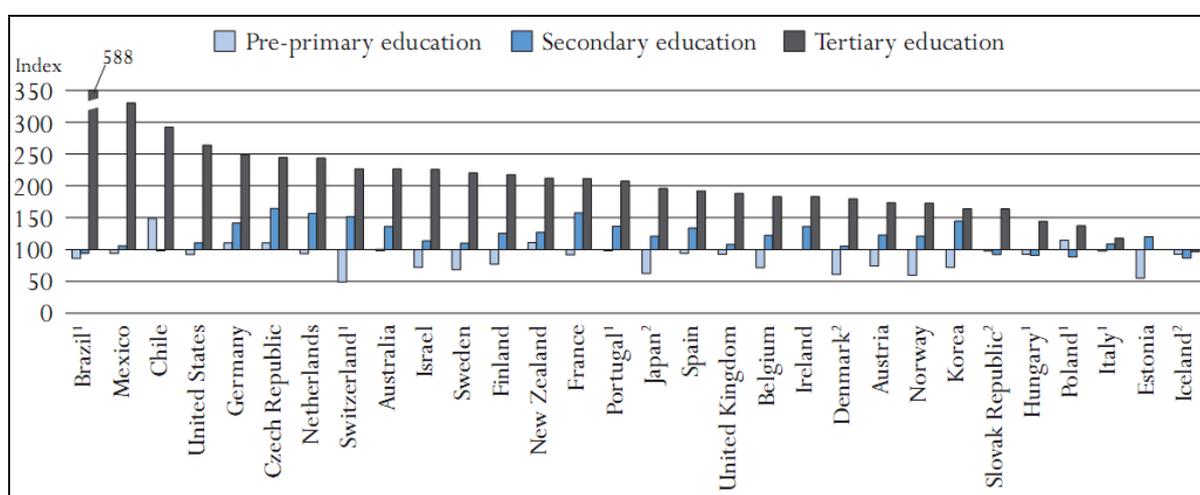


Figura 16 - Gasto por estudante em diferentes níveis educacionais em relação a custos por unidade no ensino primário, 2007 (Ensino primário = 100)

Fonte: Organisation for Economic Co-Operation and Development (2009).

### 3.8 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020

Em dezembro de 2010, o Ministro da Educação Fernando Haddad apresentou o Plano Nacional de Educação 2011-2020. O plano traz 20 metas a serem cumpridas pelo país para o período de 2011 a 2020. Uma das principais metas do plano, a qual será essencial para que as outras aconteçam, é a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, investimento esse que, hoje, encontra-se no patamar de 5%.

Conforme a publicação, duas das metas mais desafiadoras são as relacionadas à oferta de creches e ao aumento de matrículas no ensino superior. Atualmente, entre 18 e 20% das crianças de 3 anos são atendidas. No ensino superior, o atendimento das pessoas de 18 a 24 anos é de 13,9% e precisa ser aumentado para 33%. O Programa Universidade para Todos (ProUni) também deverá ter maior abrangência, elevando para 50% a taxa bruta de matrículas na educação superior. Além disso, o plano prevê ainda a elevação da qualidade com o aumento dos mestres e doutores para um mínimo de 75% do corpo docente, sendo 35% doutores.

A valorização do professor, que aparece ao menos em quatro metas, prevê a aproximação do rendimento médio do profissional com mais de doze anos de escolaridade do de profissionais de escolaridade equivalente. Outra meta prevê formar 50% dos professores da educação básica em pós-graduação.

O plano prevê a erradicação do analfabetismo absoluto até 2020 e a redução em 50% do analfabetismo funcional, além de elevar a escolaridade média da população entre 18 e 24 anos para chegar a 12 anos de estudo, além de igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

A educação profissional também é contemplada no plano, o qual prevê que 25% das matrículas de educação de jovens e adultos sejam oferecidas de forma integrada com a educação profissional; prevê também duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

Para a educação básica, uma das metas é oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas, para que as crianças sejam alfabetizadas até, no máximo, os 08 anos de idade. O ensino fundamental de nove anos deverá ser universalizado para a população de 6 a 14 anos. Além disso, o plano prevê a universalização, até o ano de 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o ano de 2020, a taxa líquida de matrículas<sup>1</sup> no ensino médio para 85% nessa faixa etária. O ensino fundamental de nove anos deverá ser universalizado para a população de 6 a 14 anos.

Nestes capítulos já abordados, objetivou-se apresentar os principais conceitos teóricos envolvidos na busca pela determinação das relações entre a educação, a geração de renda e as ocupações, assim como oferecer exemplos de evidências empíricas que servissem de base

---

<sup>1</sup> Taxa que expressa a relação do número de alunos matriculados de um grupo etário ou de um nível determinado de ensino com o tamanho da população do grupo etário correspondente. Entre as taxas de matrículas por nível de ensino se distinguem as seguintes: "Taxa bruta de matrícula" e "Taxa líquida de matrícula" ou taxa líquida de escolarização por idade (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010).

para a determinação de indicadores. Assim, a partir destes referenciais, no capítulo seguinte, são apresentados os resultados da pesquisa, conforme os objetivos propostos, com a inclusão de uma contextualização sobre o Estado do Rio Grande do Sul.

## **4 ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL**

Conforme expresso anteriormente, neste capítulo apresentam-se os resultados de acordo com os objetivos definidos. No primeiro item, destacam-se as fontes de dados utilizadas, assim como o tratamento e a forma de manipulação das mesmas. Na seqüência, apresenta-se e discute-se o panorama do Estado do Rio Grande do Sul no tocante às relações entre educação e renda e também ocupações.

### **4.1 ORIGEM E TRATAMENTO DOS DADOS**

Para que fosse possível alcançarem-se os objetivos propostos, foi utilizado como base principal de coleta o Banco de Dados SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), disponível para acesso público via Internet. A partir da página desse banco de dados, podem ser realizadas consultas a dados agregados oriundos de diversas pesquisas conduzidas pelo IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa de Orçamentos Familiares, a Pesquisa de Produção Agrícola, entre outras. Os dados necessários para a realização foram extraídos da seção do SIDRA dedicada à PNAD, especialmente aqueles referentes à PNAD 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]).

Os dados agregados da PNAD no SIDRA apresentam-se divididos em sete categorias: dados gerais, migração, instrução e educação, trabalho e rendimento, fecundidade, famílias e domicílios. Para cada categoria, são disponibilizadas diferentes tabelas, que podem ser construídas de acordo com a necessidade do pesquisador, dentro de parâmetros especificados para a categoria em pauta. Podem ser definidos cortes para análise por regiões (estados, mesorregiões, regiões metropolitanas, área geográfica), assim como por ano ou série histórica (de 2001 a 2009).

Para esta pesquisa, foram utilizadas tabelas das categorias Instrução e Educação e Trabalho e Rendimento. Assim, foram construídos os gráficos para representação dos indicadores desejados, conforme é apresentado na seqüência.

É importante salientar que os dados da PNAD referem-se a uma pesquisa amostral, de natureza probabilística, cuja unidade de referência são os domicílios. Em relação ao Rio Grande do Sul, em 2009, compõem a amostra 75 municípios e 12.487 domicílios, totalizando 29.437 pessoas pesquisadas. A fração de amostragem foi de 1/550.

Outro aspecto importante a ser destacado são as definições consideradas na pesquisa. Entre os itens de interesse deste trabalho, está o conceito de anos de estudo. A classificação foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Assim, no grupo de 1 a 3 anos de estudo, encontram-se aquelas pessoas que iniciaram o primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário); no grupo de 4 a 7, os que concluíram o primeiro ciclo mais os cursantes do segundo ciclo. No grupo de 8 a 10 anos de estudo, estão aqueles que concluíram o ensino fundamental e os que cursam ou cursaram o ensino médio (antigo segundo grau), enquanto que nos grupos de 11 a 14 e 15 ou mais, estão aqueles que concluíram o ensino médio e os que iniciaram o ensino superior; também estão aí os que concluíram o ensino superior e ainda os que concluíram ou cursam pós-graduação, respectivamente.

Nas questões que envolvem trabalho e rendimento, a pesquisa abrangeu as pessoas com 10 anos ou mais de idade. Ou seja, foram consideradas potencialmente participantes da população economicamente ativa (PEA) todas as pessoas a partir dos 10 anos. A PEA é composta pelo conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência da pesquisa. Por ocupadas, compreendem-se as pessoas que possuem trabalho, seja remunerado ou não remunerado, e ainda trabalho para consumo ou uso próprio. As pessoas desocupadas são aquelas sem trabalho, mas que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência. Por outro lado, a população não economicamente ativa é definida pelo grupo de pessoas que não foram classificadas nem como ocupadas, nem como desocupadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010]).

Além dos dados obtidos por meio do Banco de Dados SIDRA, foram também coletados dados e informações referentes à PNAD em outras fontes, tais como a página de Síntese de Resultados da Pesquisa, no site do próprio IBGE.

De forma a complementar a compilação dos resultados, foi utilizado também o banco de dados disponível para consultas *on line* da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2009. A RAIS, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), é um registro administrativo realizado anualmente, cujo objetivo é o de suprir as necessidades – de controle, de estatísticas e de informações – das entidades governamentais da área social. A

partir da página do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET)<sup>2</sup>, o MTE proporciona o acesso aos dados da RAIS de 1985 até 2009. A abrangência dos registros engloba os trabalhadores estatutários, celetistas, temporários e também avulsos (que atuam por meio do sindicato próprio), o que torna a base bastante completa neste sentido.

De acordo com as informações do próprio MTE (2010), a RAIS 2009 obteve a abrangência de aproximadamente 97% do universo do mercado de trabalho formal brasileiro, pois 7,4 milhões de estabelecimentos declaram a RAIS, entre os quais, 3,2 milhões correspondem à RAIS com vínculos empregatícios.

Entre os conceitos utilizados na RAIS, de relevância para este trabalho, destacam-se os de estabelecimento e remuneração média mensal. São considerados estabelecimentos as unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos. É importante salientar que todo o levantamento realizado pela RAIS é feito no nível do estabelecimento, ao contrário da PNAD, que tem os domicílios como unidade de referência. Em relação aos rendimentos, a remuneração média mensal em salários mínimos, é definida com a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários mínimos, no período vigente do ano-base. Nessa remuneração são incluídos os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais e gratificações, excluindo-se o 13º salário.

Ainda entre os conceitos utilizados, é importante também destacar que, nesta base, os dados referentes à educação são retratados pelo grau de escolaridade. Desta forma, são consideradas as seguintes faixas para esta variável: analfabeto; até o 5º ano incompleto; 5º ano do fundamental completo; do 6º ao 9º ano do fundamental; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; mestrado; doutorado. A fim de manter e demonstrar os resultados de maneira semelhante aos demais dados, fez-se a correspondência, de acordo com a já citada classificação utilizada na PNAD. Assim, foi possível trabalhar com as mesmas faixas de referência em anos de estudo, com exceção das faixas entre 1 e 3 e entre 4 e 7 anos de estudo, as quais foram agrupadas em apenas uma.

Nos itens seguintes, tem-se a apresentação do Estado do Rio Grande do Sul e os resultados da pesquisa.

---

<sup>2</sup> Ver Brasil (2009). Para o acesso às consultas, é necessário cadastro junto ao MTE, o qual fornece *login* e senha para os interessados.

## 4.2 INDICADORES DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÕES NO RS

A partir do referencial já apresentado, foram definidos indicadores que pudessem caracterizar o panorama do Estado no que se refere às relações entre educação, renda e ocupações. Desta forma, na continuação, serão analisados esses indicadores, os quais foram elaborados a partir dos dados obtidos de acordo com o método descrito no item 4.1.

A Tabela 4 apresenta informações extraídas do Censo Escolar 2010, realizado anualmente pelo INEP e que se constitui na mais completa fonte de informações utilizada pelo Ministério da Educação para a formulação de políticas e para o desenho de programas educacionais, bem como para definição de critérios para a atuação do MEC, para escolas, estados e municípios.

Tabela 4 - Número de Matrículas de Educação Básica por Etapas e Modalidades de Ensino - BR/RS/SP (2007 a 2010)

Ano	Matrículas na Educação Básica											
	Total	Etapas e Modalidades de Ensino										
		Ed. Infantil			Ensino Fundamental				Ensino Médio	Ed. Especial	Ed. de Jovens e Adultos	Ed. Profissional
		Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais					
Brasil	2007	53.028.928	6.509.868	1.579.581	4.930.287	32.122.273	17.782.368	14.339.905	8.369.369	348.470	4.985.338	693.610
	2008	53.232.686	6.719.261	1.751.736	4.967.525	32.086.700	17.620.439	14.466.261	8.366.100	319.924	4.945.424	795.459
	2009	52.580.452	6.762.631	1.896.363	4.866.268	31.705.528	17.295.618	14.409.910	8.337.160	252.687	4.661.332	861.114
	2010	51.549.889	6.756.698	2.064.653	4.692.045	31.005.341	16.755.708	14.249.633	8.357.675	218.271	4.287.234	924.670
RS	2007	2.592.132	242.491	82.383	160.108	1.613.107	853.767	759.340	439.953	43.055	176.116	77.410
	2008	2.557.409	245.023	92.042	152.981	1.576.431	826.666	749.765	428.451	49.622	177.274	80.608
	2009	2.507.857	259.714	96.801	162.913	1.546.659	803.491	743.168	415.406	41.882	160.345	83.851
	2010	2.471.071	274.744	107.170	167.574	1.502.372	773.084	729.288	410.019	50.151	153.025	80.760
SP	2007	10.634.363	1.641.344	408.328	1.233.016	5.947.381	3.106.226	2.841.155	1.718.692	154.623	925.667	246.656
	2008	10.765.487	1.714.146	485.099	1.229.047	5.943.276	3.074.287	2.868.989	1.738.958	173.463	903.133	292.511
	2009	10.635.859	1.646.298	554.115	1.092.183	5.956.999	3.102.049	2.854.950	1.749.806	184.706	783.476	314.574
	2010	10.508.042	1.687.007	634.993	1.052.014	5.889.732	2.988.267	2.901.465	1.830.717	174.695	597.138	328.753

Fonte: Elaborado a partir de dados do Brasil (2010a).

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.

2) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

3) Ensino Fundamental: inclui matrículas de turmas do ensino fundamental de 8 a 9 anos.

4) Ensino Médio: inclui matrículas no ensino médio integrado à educação profissional e no ensino médio normal/magistério.

5) Educação Especial: inclui matrículas de escolas exclusivamente especializadas e/ou classes especiais do ensino regular e/ou educação de jovens e adultos.

6) Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e EJA integrado à educação profissional de nível fundamental e médio.

7) Educação Profissional: não inclui matrículas de educação profissional integrada ao ensino médio.

O objetivo da análise de matrículas da educação básica, tabulada para o período de 2007 a 2010, é observar o comportamento e os números do Estado do Rio Grande do Sul, comparativamente aos dados macros em nível de Brasil e com o maior estado do país, São Paulo.

Ao mesmo tempo em que se observa um pequeno decréscimo no total de matrículas na Educação Básica de -3% para o Brasil e -4,7% para o Rio Grande do Sul, vale a pena destacar a ampliação da oferta da educação infantil, em especial na creche - voltada para o atendimento das crianças com até 3 anos de idade - que no Rio Grande do Sul atingiu 30,1% , percentual muito próximo ao nacional e abaixo do resultado de São Paulo que teve um acréscimo de 55,5% no período em análise de 2007 a 2010.

Além do decréscimo no número de matrículas no Ensino Fundamental tanto em nível de Brasil (-3,5%) quanto para o Rio Grande do Sul (-6,9%) e para São Paulo (-1,0%), o censo também apresenta um decréscimo no número de matrículas no Ensino Médio que para o Brasil foi de -0,1% e para o Rio Grande do Sul este percentual significou -6,8%.

Outro destaque possível de ser observado pelo Censo Escolar 2010 é a confirmação da trajetória de expansão da matrícula na educação profissional, que no período em análise apresentou um acréscimo de 33,3% para o Brasil e Estado de São Paulo. Neste item o Rio Grande do Sul ficou muito aquém aos demais apresentando uma variação positiva de apenas 4,3%.

A Síntese de Indicadores 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE, apresenta uma série de informações para o período de 1992 a 2009 no que respeita a taxa de escolarização - percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário) das pessoas de 7 a 14 anos de idade; taxa de analfabetismo - a percentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total das pessoas (do mesmo grupo etário) e do percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo.

A Figura 17 ilustra a evolução da taxa de escolarização que em 1992 apresentava um índice de 86,6% dos estudantes brasileiros e no ano de 2009 alcançava um percentual de

98,1%, demonstrando uma evolução no período de 13,3%, rumo a universalização efetiva da escolarização no Brasil.

Ainda neste mesmo sentido, este mesmo trabalho da PNAD 2009 apresenta a redução significativa de 44,2% na taxa de analfabetismo para o período analisado passando de 17,2% em 1992 para 9,6% para 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]).

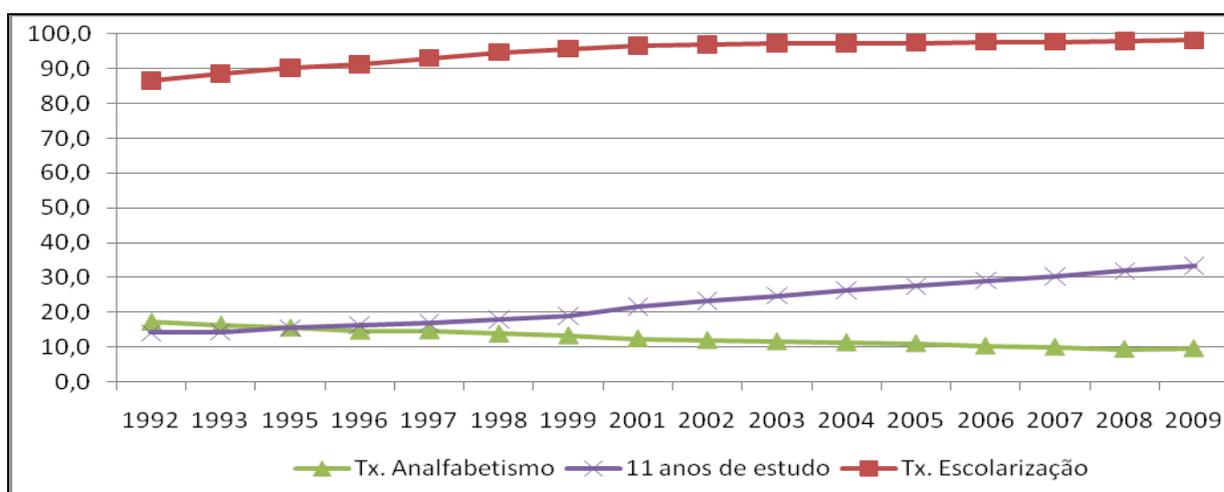


Figura 17 - Evolução das taxas de Escolarização das pessoas de 7 a 14 anos de idade, de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, e do percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo - Brasil - 1992/2009

Fonte: Elaborado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

Ainda, de acordo com a Figura 17 o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudos passou de 14,1% no ano de 1992 para 33,3% no ano de 2009, significando uma evolução positiva de 136,2%.

Portanto, a taxa de escolarização se eleva, a taxa de analfabetismo é reduzida e o número de pessoas com mais de 11 anos de estudo apresenta variação significativa e positiva nos últimos 17 anos, todos estes aspectos são relevantes no processo de evolução da educação no Brasil e por conseqüência aos seus estados membros, como é o caso do Rio Grande do Sul.

O IBGE, através da PNAD 2008-2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]) apresenta uma série de indicadores que ilustra o comportamento da educação sob o viés da quantidade de pessoas com idade escolar, neste

caso a partir de 4 anos de idade, e a taxa de escolarização, que representa o percentual de estudantes em relação ao total de pessoas pertencentes ao mesmo grupo etário (Tabela 5).

É possível observar que o comportamento da educação do Rio Grande do Sul, quando comparado ao Brasil e ao estado de São Paulo, segue os padrões de distribuição destes grupos de análise. A grande oportunidade de crescimento para o RS está no grupo de idade de 4 ou 5 anos, que em 2009 apresentou uma taxa de escolarização de 50,1% quando o Brasil apresenta taxa de 74,8% e São Paulo já atende a 82,9% deste segmento (Tabela 5).

Cabe comentar que para o extrato de pessoas de 7 a 14 anos, tanto para o Brasil, como para São Paulo e Rio Grande do Sul, a taxa de escolarização é superior a 98%, alcançando 98,8% no RS, um desempenho que corrobora para a universalização do ensino no País e principalmente para o Estado do RS.

A Tabela 5 permite ainda analisar a importância da educação de acordo com a faixa etária correspondente. Pode-se verificar que conforme o grupo de idade de referência, a queda na participação é muito significativa. Entre as pessoas com 18 a 24 anos de idade, apenas em torno de 30% deste contingente continua estudando. No segmento posterior (25 anos ou mais), os números são mais impressionantes pois apenas 5,1% das pessoas com 25 anos ou mais no Brasil ainda estuda. No RS este índice é menor ainda, atingindo somente 3,8%, aquém inclusive de SP que apresenta um percentual de 4,3% de estudantes para esta faixa etária.

Tabela 5- Pessoas e Taxa de escolarização<sup>3</sup> das pessoas de 4 anos ou mais de idade, por grupos de idade

Ano/Nº pessoas Tx. Escolarização		Pessoas de 4 anos ou mais de idade (1.000 pessoas)						
		Total	Grupos de Idade					
			4 ou 5 anos	6 a 14 anos		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Total	7 a 14 anos							
<b>Brasil</b>	2008/Nº pessoas	179.226	5.765	30.462	27.503	10.290	23.242	109.467
	Tx. Escolarização		72,8%	97,5%	97,9%	84,1%	30,5%	5,3%
	2009/Nº pessoas	181.259	5.645	30.229	27.243	10.399	23.034	111.952
	Tx. Escolarização		74,8%	97,6%	98,0%	85,2%	30,3%	5,1%
<b>RS</b>	2008/Nº pessoas	10.342	287	1.577	1.438	538	1.221	6.718
	Tx. Escolarização		49,0%	97,5%	98,7%	82,9%	30,4%	4,1%
	2009/Nº pessoas	10.409	279	1.535	1.382	571	1.203	6.821
	Tx. Escolarização		50,1%	97,6%	98,8%	85,3%	30,3%	3,8%
<b>SP</b>	2008/Nº pessoas	38.777	1.059	5.807	5.520	1.957	4.853	25.101
	Tx. Escolarização		78,4%	98,2%	98,4%	87,0%	28,1%	4,5%
	2009/Nº pessoas	39.120	1.081	5.764	5.232	1.915	4.812	2.868.989
	Tx. Escolarização		82,9%	98,3%	98,4%	88,5%	27,8%	4,3%

Fonte: Elaborado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

A Tabela 6 e a Figura 18 demonstram a composição e a distribuição etária no Brasil a partir de 1950 com projeções até 2050 evidenciando a transição demográfica pela qual o país está passando. Conforme já comentado, houve redução no número de matrículas escolares no Brasil a partir de 2009 (Tabela 4) e esta redução será ainda maior nos próximos anos e décadas de acordo com estas estimativas para a composição populacional. Para os agentes públicos formadores de políticas e diretrizes educacionais, novos desafios irão se apresentar, pois as mudanças num curto espaço de tempo irão alterar o perfil das necessidades educacionais no que tange ao número de matrículas, salas de aulas, professores, recursos de toda ordem aos novos ingressantes do sistema educacional, tanto público como privado.

<sup>3</sup> Taxa de Escolarização – É a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010]).

Tabela 6 - População por faixas etárias, Brasil, 1950 a 2050

Anos	0 a 4 anos		5 a 14 anos		15 a 24 anos		15 a 64 anos		65 anos ou mais		80 anos ou mais	
	Milhares	(%)	Milhares	(%)	Milhares	(%)	Milhares	(%)	Milhares	(%)	Milhares	(%)
1950	8.984	16,6	13.448	24,9	10.420	19,3	29.937	55,5	1.606	3,0	153	0,3
1955	10.868	17,3	15.579	24,8	11.753	18,7	34.494	54,9	1.946	3,1	187	0,3
1960	12.544	17,2	18.936	26,0	13.186	18,1	38.895	53,5	2.369	3,3	230	0,3
1965	14.437	17,1	22.405	26,6	15.223	18,1	44.548	52,8	2.941	3,5	294	0,3
1970	14.732	15,3	25.944	27,0	18.549	19,3	51.816	54,0	3.500	3,6	379	0,4
1975	15.425	14,3	28.164	26,0	21.997	20,3	60.334	55,8	4.204	3,9	487	0,5
1980	17.037	14,0	29.281	24,1	25.536	21,0	70.303	57,8	4.998	4,1	629	0,5
1985	18.509	13,6	31.837	23,4	27.775	20,4	80.159	58,9	5.645	4,1	786	0,6
1990	17.689	11,8	35.087	23,5	28.911	19,3	90.165	60,3	6.629	4,4	1.000	0,7
1995	16.747	10,4	35.794	22,1	31.420	19,4	101.107	62,5	8.044	5,0	1.298	0,8
2000	17.433	10,0	34.126	19,6	34.635	19,9	113.063	64,9	9.554	5,5	1.715	1,0
2005	17.310	9,3	33.946	18,2	35.343	19,0	123.339	66,3	11.479	6,2	2.236	1,2
2010	15.228	7,8	34.540	17,7	33.721	17,3	132.174	67,6	13.481	6,9	2.879	1,5
2015	13.810	6,8	32.358	16,0	33.590	16,6	140.418	69,2	16.279	8,0	3.470	1,7
2020	13.071	6,3	28.892	13,8	34.212	16,4	147.084	70,4	20.003	9,6	4.271	2,0
2025	12.299	5,8	26.759	12,5	32.065	15,0	150.299	70,3	24.444	11,4	5.091	2,4
2030	11.655	5,4	25.264	11,6	28.639	13,2	150.586	69,3	29.641	13,7	6.347	2,9
2035	11.297	5,2	23.862	10,9	26.533	12,1	149.795	68,3	34.348	15,7	8.064	3,7
2040	10.882	4,9	22.871	10,4	25.059	11,4	147.531	67,0	38.857	17,7	10.062	4,6
2045	10.806	4,9	22.107	10,1	23.674	10,8	143.140	65,1	43.904	20,0	12.350	5,6
2050	10.476	4,8	21.622	9,9	22.697	10,4	137.166	62,8	49.248	22,5	14.133	6,5

Fonte: United Nations (2005).

Dados da revisão de 2008. Estimativas com variação média.

Se de um lado se evidencia a redução da taxa de crescimento populacional e a conseqüente redução no número de matrículas aos ingressantes no ensino básico, por outro lado, novas demandas, tais como novos cursos e modalidades de ensino, podem surgir com a mudança e redução do crescimento da população e com o envelhecimento desta mesma base populacional. Quiçá novos cursos e modalidades de ensino se façam necessários para o atendimento desta nova realidade que se aproxima.

De qualquer forma, pode-se inferir que no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Conforme a Tabela 5, a taxa de escolarização no Brasil (a percentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário) para crianças com idade entre 7 e 14 anos em 2009 foi de 98,0%. Para o grupo com idade entre 15 e 17 anos, este percentual é reduzido para 85,2%, e para o grupo de idade entre 18 e 24 anos a taxa de escolarização no Brasil em 2009 cai para 30,3%. Não obstante os números significativos da taxa de escolarização para as séries iniciais, as taxas de repetência dos alunos são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de

concluir a educação básica. Além disso, outro indicador preocupante é a baixa proficiência obtida pelos alunos em exames padronizados, como o Pisa, o Ideb e o Enem, por exemplo.

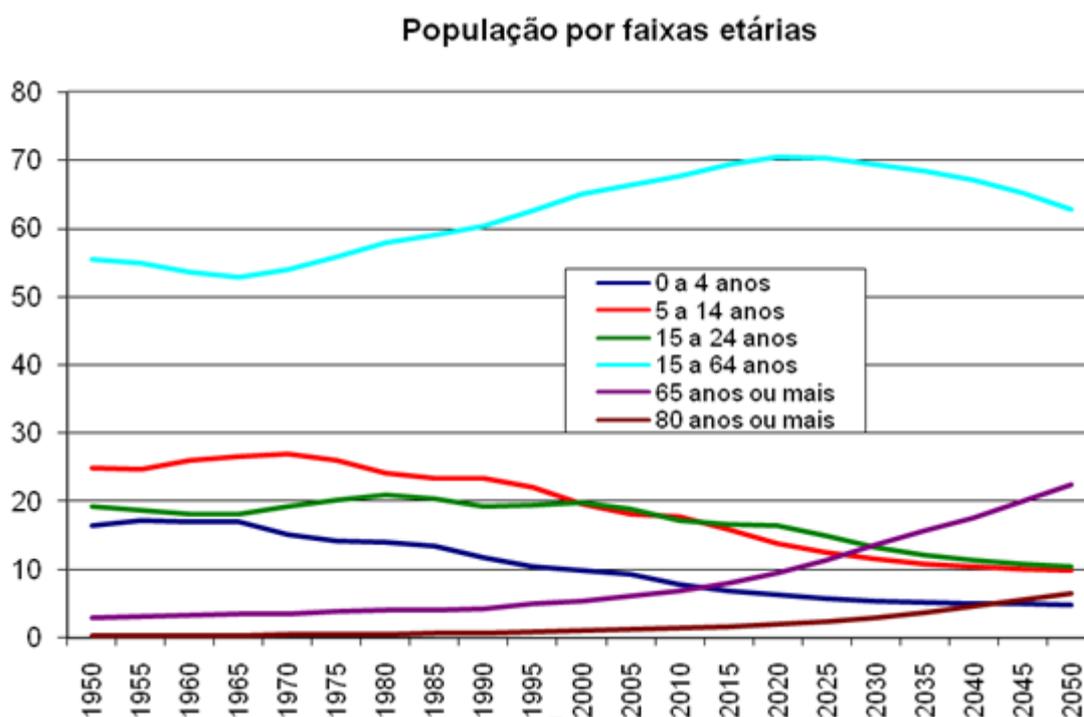


Figura 18 – População por faixas etárias no Brasil (%)

Fonte: United Nations (2005).

Na sequência, a Tabela 7 apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb<sup>4</sup> Brasil comparando-se ao estado do Rio Grande do Sul e de São Paulo, no período de 2005 a 2009, bem como as metas planejadas para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb –é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados da Prova Brasil ou do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), obtido pelos estudantes ao

<sup>4</sup> O Ideb foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). Como o Ideb é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola **A** cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/escola terá o Ideb igual a 5,0 multiplicado por ½, ou seja, Ideb = 2,5. Já para uma escola **B** com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá Ideb = 5,0. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010).

final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) com informações sobre rendimento escolar – aprovação.

Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb

IDEB 2005, 2007, 2009 e Projeções para o BRASIL																		
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental						Ensino Médio					
	IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas			IDEB Observado			Metas		
	2005	2007	2009	2007	2009	2021	2005	2007	2009	2007	2009	2021	2005	2007	2009	2007	2009	2021
BRASIL	3,8	4,2	4,6	3,9	4,2	6,0	3,5	3,8	4,0	3,5	3,7	5,5	3,4	3,5	3,6	3,4	3,5	5,2
RS	4,3	4,6	4,9	4,3	4,7	6,4	3,8	3,9	4,1	3,9	4,0	5,8	3,7	3,7	3,9	3,8	3,9	5,5
SP	4,7	5,0	5,5	4,8	5,1	6,7	4,2	4,3	4,5	4,2	4,4	6,1	3,6	3,9	3,9	3,6	3,7	5,4

Fonte: Elaborado a partir de dados do Brasil (2010a).

Pode-se constatar que os índices apresentam sinais de evolução nos seus indicadores de avaliação tanto em nível de Brasil quanto para os estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Os números do RS e de SP são geralmente superiores quando comparados com os números do Brasil, assim como os números do estado de São Paulo são superiores aqueles do RS, em sua grande maioria.

Dentre outras evidências, o Rio Grande do Sul possui um sistema de educação mais efetivo que a média apresentada no Brasil. Porém, quando comparado a outro estado com potencial econômico e político parecido ou próximo, pode-se observar o quanto o RS precisa avançar para alcançar as melhores posições em nível de país.

As metas traçadas para um período pouco superior a uma década enfatizam a necessidade premente de melhorias nas taxas de proficiência e aprovação, tanto para o Brasil, quanto para os estados, considerando principalmente, conforme estudos do MEC-INEP, que a questão de acesso à escola já não representa problemática, mas sim, a qualidade e efetividade desta educação.

No que diz respeito ao ensino superior, a Tabela 8 apresenta o número de instituições de educação superior, por organização acadêmica e localização, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES em 2009, conforme dados do MEC/INEP.

Tabela 8 – Número de IES - 2009

<b>Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2009</b>						
Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Total Geral	Universidades	Centros Universit.	Faculdades	IF e CEFET	
	Total	Total	Total	Total	Total	
<b>Brasil</b>	2.314	186	127	1.966	35	
Pública	Federal	94	55	.	4	35
	Estadual	84	38	1	45	.
	Municipal	67	7	6	54	.
	Privada	2.069	86	120	1.863	.
	Particular	1.779	44	82	1.653	.
	Comun/Confes	290	42	38	210	.
<b>Rio Grande do Sul</b>	107	18	6	80	3	
Pública	Federal	9	6	.	.	3
	Estadual	1	1	.	.	.
	Municipal	.	.	.	.	.
	Privada	97	11	6	80	.
Particular	62	.	1	61	.	
	Comun/Confes	35	11	5	19	.
<b>São Paulo</b>	556	39	48	468	1	
Pública	Federal	5	3	.	1	1
	Estadual	26	3	.	23	.
	Municipal	22	2	2	18	.
	Privada	503	31	46	426	.
Particular	449	20	34	395	.	
	Comun/Confes	54	11	12	31	.

Fonte: Elaborado a partir de dados Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011).

Com relação a categoria administrativa das IES, a maioria absoluta das instituições de educação superior são de natureza privada, tanto no Brasil (89,4%) como um todo, como em São Paulo (90,4%) e no Rio Grande do Sul (90,6%).

A organização acadêmica das instituições de ensino superior igualmente apresenta certa unanimidade. No Rio Grande do Sul, 74,7% das IES são Faculdades. Em São Paulo este índice é de 84,1% e em nível de Brasil este número atinge o maior percentual que é de 84,9%.

No Rio Grande do Sul, conforme a Tabela 9, apenas 19,2% das matrículas em cursos de graduação presencial são realizadas em instituições de natureza pública. As demais 80,8%

são realizadas em universidades, centros universitários e faculdades particulares. Para o Brasil, esta relação está em 26,4% para instituições públicas e 73,6% para as instituições privadas.

Tabela 9– Número de Matrículas em IES - 2009

<b>Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2009</b>						
Unidade da Federação/ Categoria Administrativa		Total Geral	Universidades	Centros Universit.	Faculdades	IF e CEFET
<b>Brasil</b>		5.115.896	2.715.720	711.328	1.634.115	54.733
	<b>Pública</b>	1.351.168	1.190.596	13.849	91.990	54.733
	Federal	752.847	696.693	.	1.421	54.733
	Estadual	480.145	437.044	869	42.232	.
	Municipal	118.176	56.859	12.980	48.337	.
	<b>Privada</b>	3.764.728	1.525.124	697.479	1.542.125	.
	Particular	2.899.763	958.000	515.428	1.426.335	.
	Comun/Confes	864.965	567.124	182.051	115.790	.
<b>Rio Grande do Sul</b>		342.275	231.693	46.523	61.888	2.171
	<b>Pública</b>	65.797	63.626	.	.	2.171
	Federal	63.773	61.602	.	.	2.171
	Estadual	2.024	2.024	.	.	.
	Municipal	.	.	.	.	.
	<b>Privada</b>	276.478	168.067	46.523	61.888	.
	Particular	57.060	.	6.135	50.925	.
	Comun/Confes	219.418	168.067	40.388	10.963	.

Fonte: Elaborado a partir de dados Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011).

Outra análise que merece destaque diz respeito a relação entre o número de matrículas realizadas na educação básica, já abordado na Tabela 4, e o número de matrículas em cursos de graduação presencial. Em 2009, um total de 2.507.857 alunos foram matriculados no Rio Grande do Sul, em todas as etapas e modalidades de ensino da educação infantil a educação profissional. Neste mesmo ano, foram realizadas 342.245 matrículas em cursos de graduação presencial no estado, significando um percentual de 13,6% de matrículas em cursos de graduação, quando comparados às matrículas na educação básica. Para o Brasil, esta mesma

análise atinge um percentual de 9,7% (52.580.452 alunos matriculados na educação básica e 5.115.896 matrículas em curso de graduação).

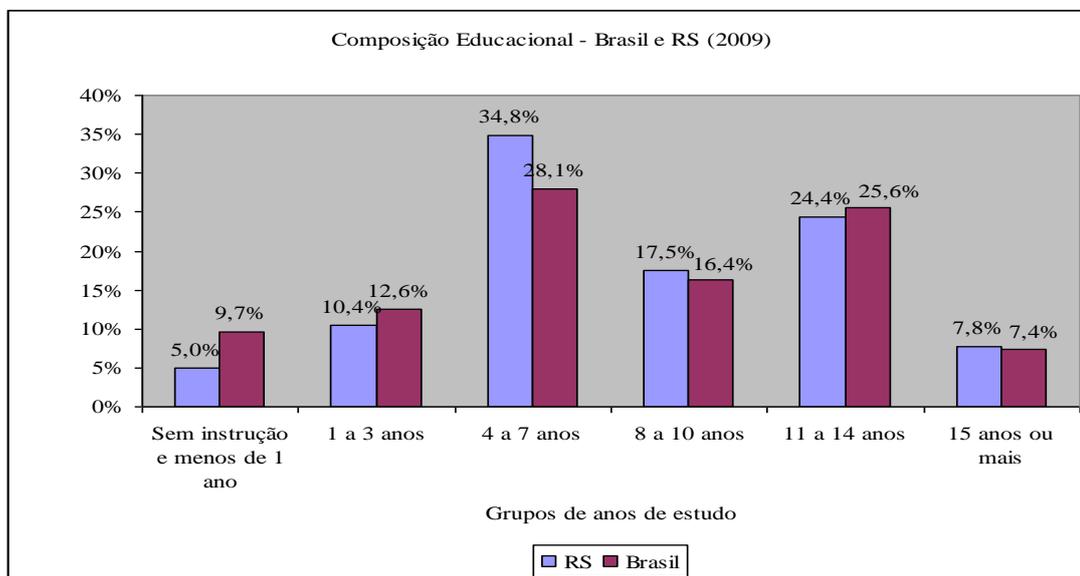


Figura 19 - Composição educacional - Brasil e RS (2009)

Fonte: Elaborado a partir de dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

A Figura 19 apresenta um estudo ilustrativo da composição educacional no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul. No grupo das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, o RS apresenta resultados muito significativos quando comparados aos dados do Brasil: quase a metade do percentual de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo. No segmento de 4 a 7 anos de estudo, o RS também apresenta destaque positivo, com mais de 34% da população neste grupo, índice bastante superior ao apresentado considerando o país como um todo. Nos demais grupos analisados, os resultados são próximos com pequenas variações, demonstrando comportamento homogêneo entre estado e país.

Na seqüência, a Figura 20, elaborada a partir dos dados da PNAD (2009) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]), reflete a composição educacional do RS no período de 2001 a 2009. Os dados demonstram evolução positiva no segmento analisado de 11 a 14 anos de estudo, que passou de 16,7% em 2001 para 24,4% em 2009, uma evolução de 46%.

O segmento de 15 ou mais anos de estudo, que atingiu 7,8% em 2009, apresentou uma variação positiva de 50% no período em análise. Por outro lado, houve uma redução

igualmente positiva para o extrato do grupo de sem instrução e menos de um ano de estudo, que baixou de 6,6% para 5,0% no período analisado, assim como a redução significativa para a faixa de 4 a 7 anos de instrução que passou de 41,4%, em 2001, para 34,8%, em 2009, representando uma redução de -15,9% para este segmento de população analisada.

Desta forma, esta análise da composição educacional do Rio Grande do Sul realizada pela PNAD 2009 reflete por um lado o crescimento de números positivos, e de outro - igualmente importante, a redução de números negativos para o período de 2001 a 2009.

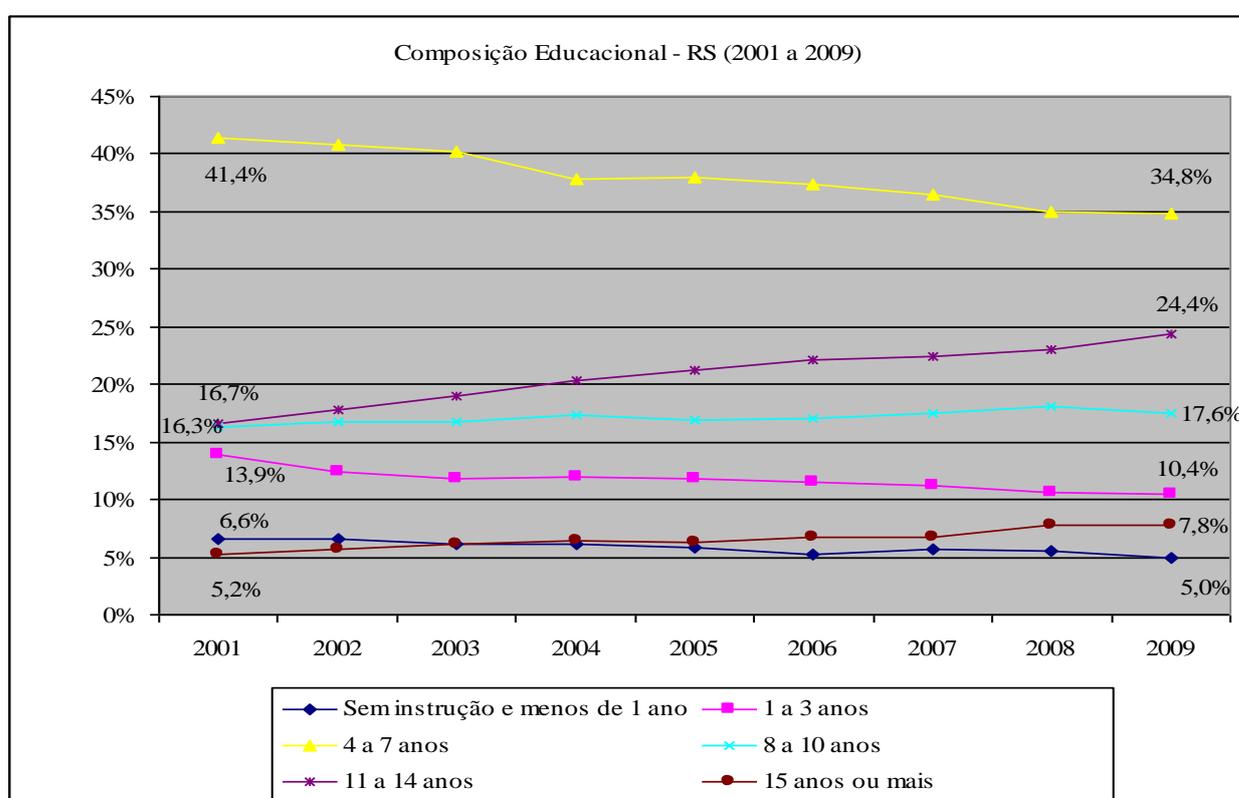


Figura 20 - composição educacional do RS (2001 - 2009)

Fonte: Elaborado a partir de dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

A Figura 21 apresenta a relação entre os anos de estudo e a variação de rendimentos proporcionais ao salário mínimo no período em análise, a partir de dados da PNAD 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]). Num primeiro momento, pode parecer uma relação inversa, pois a variação de anos de estudo é positiva em 15,4%, iniciando com 6,5 anos de estudo em 2001 até atingir 7,5 anos em 2009, enquanto a média de rendimentos apresenta uma relação negativa de -24,3% passando de 3,7 salários mínimos em 2001 para 2,8 salários mínimos em 2009. Há que se considerar, porém, que a

variação do salário mínimo no período em análise passou de R\$ 180,00, em 2001, para R\$465,00 em 2009, significando 158% de variação no período analisado. Em termos nominais, a renda média auferida pelos trabalhadores em 2001, com 6,5 anos de estudo, era de R\$ 666,00 passando para R\$ 1.284,00 em 2009 – com 7,5 anos de estudo – o que significa uma variação de renda nominal de 92,3% no período, muito próximo ao percentual de variação da inflação que foi de 96,02%, medida pela variação do INPC no período de 2001 a 2009.

Desta forma, em termos de quantidade de salários mínimos, não obstante o avanço de anos de estudo, este número diminuiu. Conforme explicitado, a política de valoração do salário mínimo no país durante a última década proporcionou esta nova realidade.

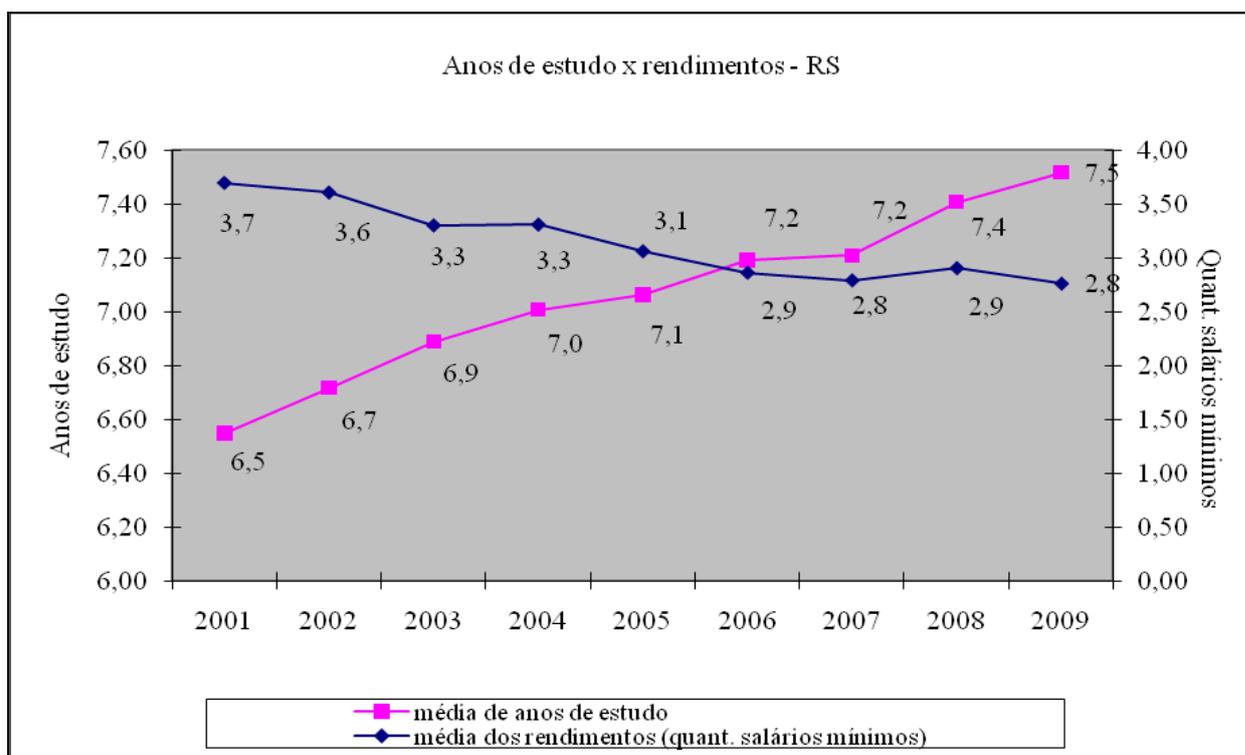


Figura 21 - Anos de estudo x rendimentos - RS

Fonte: Elaborado a partir de dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

Na seqüência da análise sobre os dados do RS, a Figura 22 apresenta a relação entre anos de estudo e classe de rendimentos mensais, a partir das informações da PNAD 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]). Afora evidências empíricas a respeito do assunto, os números do IBGE comprovam que, quanto maior o grau

de instrução, maior será a remuneração do trabalhador em análise. A figura permite identificar ainda, os intervalos de remuneração pesquisados e o movimento do aumento da remuneração conforme o aumento dos anos de estudo. A título de exemplificação, 22,2% dos trabalhadores que não têm instrução e/ou possuem até um ano de instrução recebem até 1/2 salário mínimo. Da classe de trabalhadores com 8 a 10 anos de estudo, 48,5% recebem de um a dois salários mínimos no RS. Neste mesmo extrato (de trabalhadores que recebem de um a dois salários mínimos no RS), apenas 15% recebem este valor (dois salários mínimos) quando possuem 15 anos ou mais de instrução.

Por outro lado, 5,6% dos trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo no RS auferem renda superior a 20 salários mínimos. Quando a classe de anos de estudos situa-se no extrato de 8 a 10 anos, apenas 0,32% dos trabalhadores recebem acima de 20 salários mínimos. Ou seja, é possível que um trabalhador com vários anos de estudo ganhe poucos salários mínimos, porém, é muito difícil para um trabalhador com poucos anos de estudos receber muitos salários mínimos.

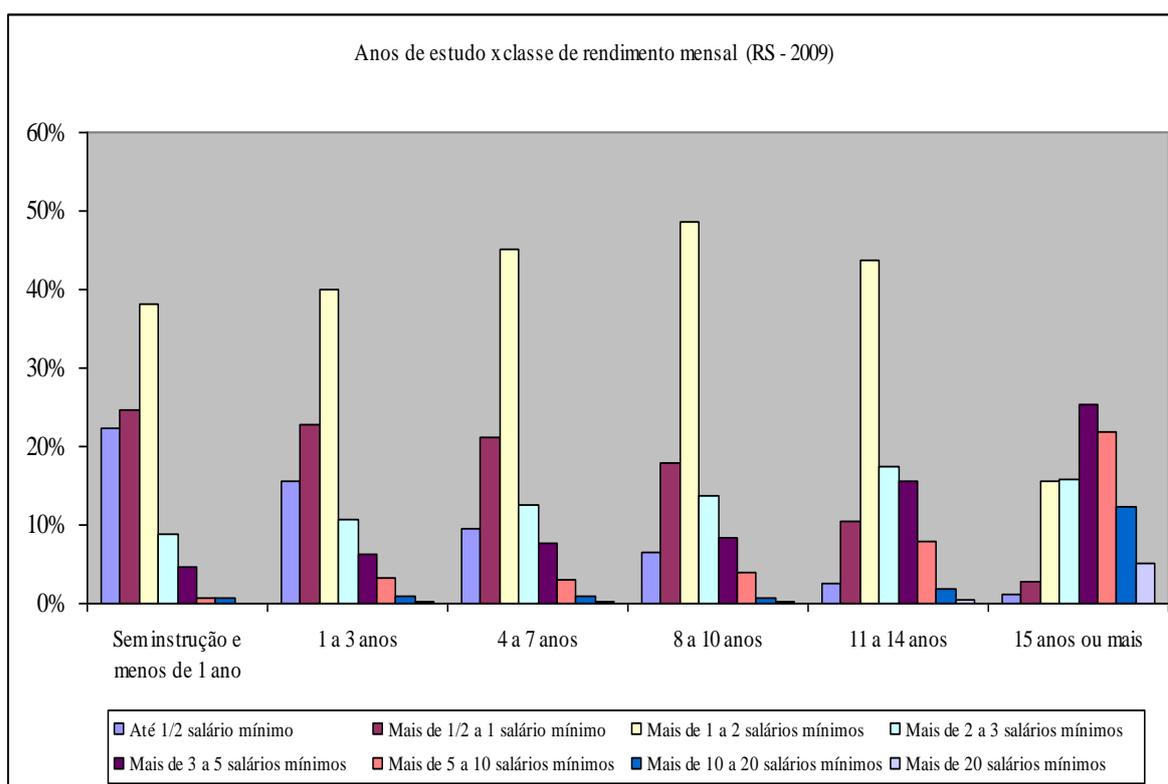


Figura 22- Anos de estudo x classe de rendimento mensal - RS

Fonte: Elaborado a partir de dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

A partir dos dados da RAIS<sup>5</sup> (2009 - RS) igualmente pode ser percebida a relação entre o rendimento médio e a quantidade de anos de estudo para os trabalhadores do estado do Rio Grande do Sul. Pela análise da Tabela 10, observa-se que as pessoas com maior número de anos de estudo possuem remuneração superior, a exemplo de outras evidências já apresentadas neste estudo. A Tabela 10 permite identificar as principais concentrações de remuneração dos trabalhadores do RS, de acordo com os grupos de anos de estudo.

Uma das evidências refere-se ao rendimento médio dos trabalhadores sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo: 93,65% deste segmento auferem renda entre 0,51 a 3 salários mínimos. Neste mesmo extrato, conforme os dados elaborados, nenhum trabalhador recebe mais de 20 salários mínimos. Para os demais segmentos analisados, a faixa de rendimento médio em quantidade de salários mínimos que concentra o maior número de trabalhadores com grau de instrução de 11 a 14 anos de estudos, está localizada no intervalo de 1 a 3 salários mínimos.

Considerando a análise do extrato de trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo, pode se perceber que a distribuição na faixa de rendimentos ocorre de forma mais homogênea em todas as faixas de rendimento, contemplando todas as faixas de remuneração, neste caso, medidas em quantidade de salário mínimo.

Tabela 10 - Rendimento médio x anos de estudo (RS – 2009)

Faixa de Rendimento Médio (quant. salário mínimo)	sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	1 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 a 14 anos de estudo	15 ou mais anos de estudo	Total
até 0,5	0,95%	0,67%	0,98%	0,30%	0,28%	0,53%
0,51 a 1	7,39%	4,26%	5,42%	3,09%	1,43%	3,62%
1,01 a 1,50	47,20%	36,30%	36,28%	29,37%	5,52%	28,74%
1,51 a 2	23,78%	26,34%	23,89%	21,16%	9,64%	21,03%
2,01 a 3	15,28%	20,34%	19,04%	21,99%	19,02%	20,53%
3,01 a 4	3,49%	6,82%	7,21%	9,64%	12,43%	8,96%
4,01 a 5	1,13%	2,58%	2,98%	4,82%	8,80%	4,56%
5,01 a 7	0,53%	1,82%	2,60%	4,80%	12,02%	4,81%
7,01 a 10	0,19%	0,63%	1,03%	2,71%	10,71%	3,12%
10,01 a 15	0,04%	0,19%	0,42%	1,41%	9,10%	2,10%
15,01 a 20	0,01%	0,04%	0,09%	0,43%	4,79%	0,93%
mais de 20	0,00%	0,03%	0,06%	0,27%	6,25%	1,07%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado a partir de dados de Brasil (2009).

<sup>5</sup> Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Na sequência, a Figura 23 ilustra o grau de instrução dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, conforme estudo da RAIS 2009. Se por um lado (0,3%) trabalhadores do RS são analfabetos, a moda está localizada na faixa de trabalhadores com o ensino médio completo com 36,2% da força de trabalho. Igualmente merece destaque o fato de que 14,3% dos trabalhadores do RS possuem ensino superior completo.

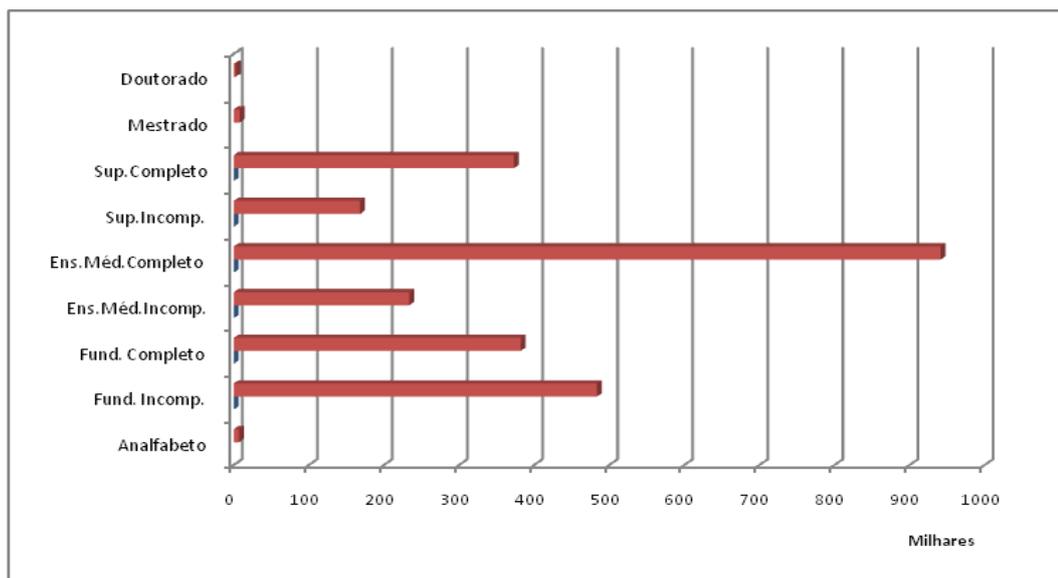


Figura 23 - Nível de educação dos trabalhadores do RS

Fonte: Elaborado a partir de dados de Brasil (2009).

A seguir, a Figura 24 apresenta a relação entre alguns tipos de ocupação profissional no Rio Grande do Sul e a quantidade de anos de estudo destes trabalhadores. A evidência maior acontece na comparação entre empregados urbanos e trabalhadores rurais, apontando uma relação inversamente proporcional, ou seja, os trabalhadores rurais apresentam percentuais menores de anos de estudo ao passo que os empregados urbanos crescem na quantidade de anos de estudo alcançando a moda no segmento de 11 a 14 anos de estudos. Para os trabalhadores autônomos e profissionais liberais a variável quantidade de anos de estudo não foi significativa e/ou determinante, nesta amostragem.

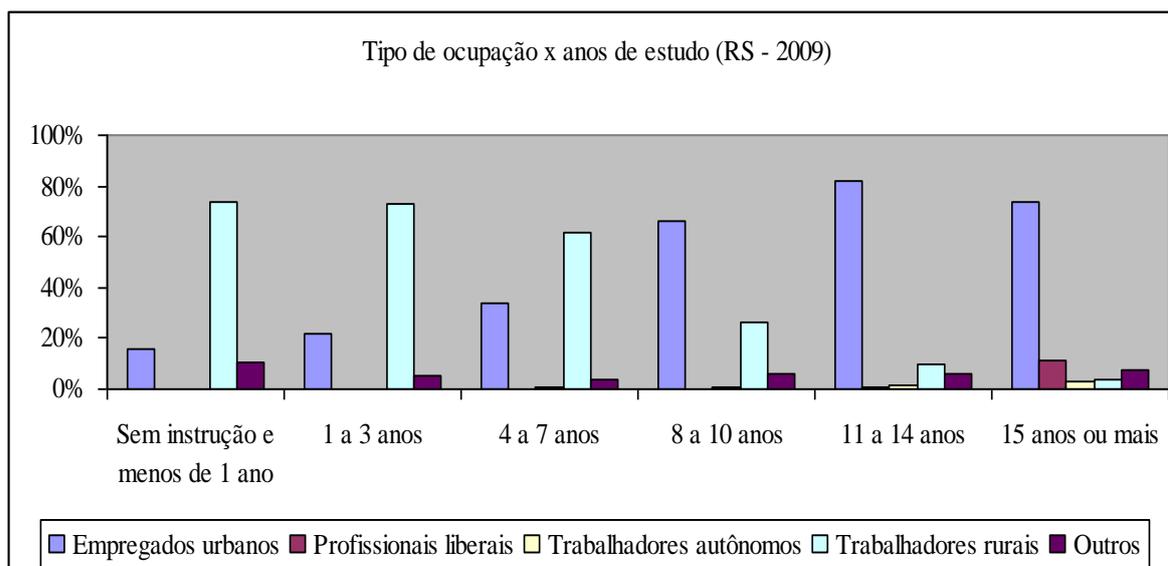


Figura 24 - Tipo de ocupação x anos de estudo - RS

Fonte: Elaborado a partir de dados de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010].

A partir de dados elaborados por meio da RAIS (2009), a Figura 25 evidencia a relação entre setor de atividade econômica e anos de estudo. Notadamente, o setor de serviços é aquele que absorve e exige maior qualificação de mão de obra do trabalhador, aqui traduzida por anos de estudo. Os setores de construção civil e agropecuária, no caminho inverso, são os setores que demandam menor grau de instrução.

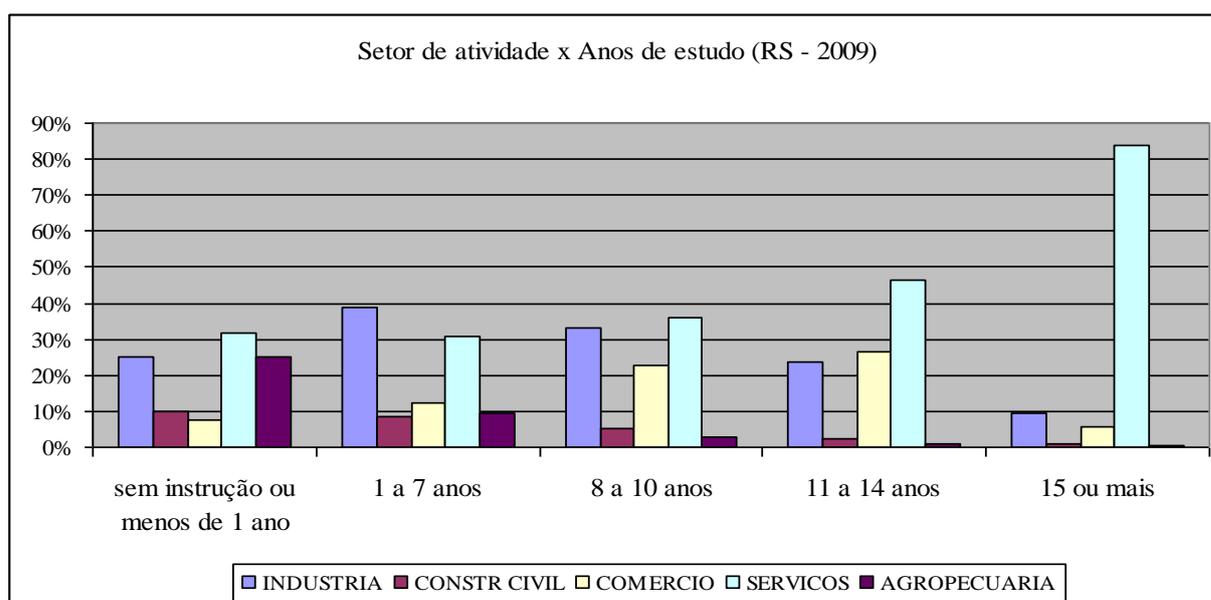


Figura 25 – Setor de atividade x anos de estudo (RS - 2009)

Fonte: Elaborado a partir de dados de Brasil (2009).

De acordo com as informações da RAIS para o Rio Grande do Sul, pode se inferir algumas relações de causa e efeito entre as variáveis estudadas. Na Tabela 10 percebe-se a importância da educação, que se traduzem em faixas salariais superiores àqueles trabalhadores que possuem anos de estudos maiores que os outros. A Figura 24 estabelece uma relação entre trabalhadores urbanos e rurais, com a constatação de que os trabalhadores urbanos possuem maior grau de escolaridade e na Figura 25 percebe-se inclusive, o ramo de atividade profissional de acordo com a escolaridade do trabalhador. Assim, as informações da RAIS vêm ao encontro daquelas apresentadas conforme levantamento de dados da PNAD do IBGE, corroborando para as evidências que demonstram a relação entre escolaridade e remuneração.

O Cadastro Central de Empresas (CEMPRE<sup>6</sup>) 2009 do IBGE, apresenta informações referentes ao sexo e ao nível de escolaridade das pessoas assalariadas no país. Em 2009, as 4,8 milhões de empresas e outras organizações integrantes do CEMPRE reuniam 40,2 milhões de assalariados, sendo que 33,6 milhões não tinham nível superior (83,5% do total). Embora houvesse diferenças salariais significativas entre homens e mulheres (os homens ganhavam 24,1% a mais), a desigualdade era maior entre os trabalhadores com e sem nível superior: aqueles que concluíram faculdade recebiam um salário 225% maior, conforme a Tabela 11 a seguir.

Tabela 11 - Pessoal ocupado assalariado, segundo o sexo e nível de escolaridade - Brasil 2009

Sexo e nível de Escolaridade	Pessoal ocupado assalariado		Salário e outras Remunerações (1.000R\$)		Salário médio mensal (em salários mínimos)
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
<b>Total</b>	<b>40.212.057</b>	<b>100,0</b>	<b>781.881.723</b>	<b>100,0</b>	<b>3,3</b>
<b>Sexo</b>					
Homens	23.376.125	58,1	494.141.127	63,2	3,6
Mulheres	16.835.932	41,9	287.740.596	36,8	2,9
<b>Nível de escolaridade</b>					
Sem nível superior	33.580.487	83,5	471.298.465	60,3	2,4
Com nível superior	6.631.570	16,5	310.583.258	39,7	7,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

<sup>6</sup> O CEMPRE – IBGE reúne informações cadastrais e econômicas de empresas e outras organizações (administração pública, entidades sem fins lucrativos, pessoas físicas e instituições extraterritoriais) formalmente constituídas presentes no país e suas respectivas unidades locais.

O salário médio mensal em 2009 era de 3,3 salários mínimos, ou R\$ 1.540,59. Os homens recebiam em média 3,6 salários mínimos, e as mulheres recebiam 2,9 salários mínimos. Já os profissionais com nível superior completo recebiam em média 7,8 salários mínimos por mês, ou seja, 225,0% acima do recebido por quem não tinha nível superior (2,4 salários mínimos). Portanto, o salário de quem não tinha nível superior correspondia a 30,8% do salário recebido por quem tinha alcançado esse nível de escolaridade.

Com base no CEMPRE 2009, a Figura 26 apresenta a distribuição do pessoal ocupado assalariado segundo nível de escolaridade e seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE<sup>7</sup>) 2.0, ordenado de forma decrescente, segundo a participação do pessoal assalariado com nível superior.

A seção *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* foi a única a apresentar uma participação de pessoal assalariado com nível superior (51,5%) acima do pessoal sem nível superior (48,5%). Em todas as demais seções, a participação do pessoal assalariado sem nível superior foi maior daquela apresentada pelo pessoal assalariado com nível superior.

---

<sup>7</sup> CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas - é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país.

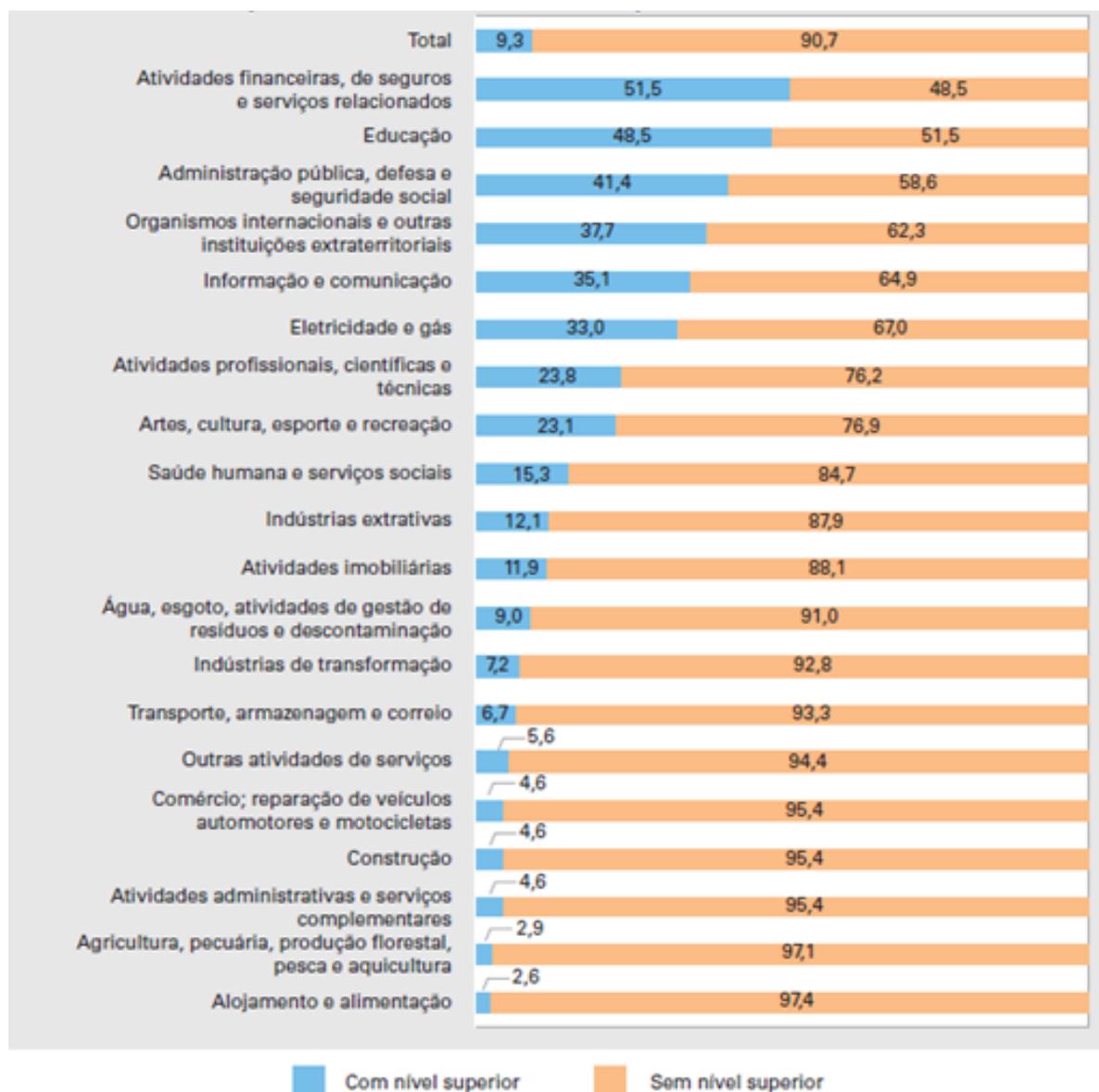


Figura 26 - Distribuição do pessoal ocupado assalariado, por nível de escolaridade – Brasil - 2009

Fonte: Elaborado a partir Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Outras seções que apresentaram uma participação do pessoal assalariado com nível superior bem acima da média (9,3%) foram: *Educação* com 48,5%; *Administração pública, defesa e seguridade social* com 41,4%; *Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* com 37,7%; e *Informação e comunicação* com 35,1%. Por outro lado, as seções com as menores participações do pessoal assalariado com nível superior foram: *Alojamento e alimentação* com 2,6%, *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* com 2,9% e *Atividades administrativas e serviços complementares*, bem como *Construção e Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas* com 4,6% cada.

A Tabela 12 destaca a participação do pessoal ocupado assalariado segundo o nível de escolaridade por Unidade da Federação, em termos absolutos, relativos e a distribuição dentro das Unidades da Federação, a partir do estudo do CEMPRE 2009.

Tabela 12 – Pessoal ocupado assalariado, com indicação da participação na Unidade da Federação, por nível de escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado assalariado						
	Total	Com nível superior			Sem nível superior		
		Absoluto	Relativo (%)	Na Unidade da Federação	Absoluto	Relativo (%)	Na Unidade da Federação
<b>Brasil</b>	<b>28.238.708</b>	<b>2.627.979</b>	<b>100,0</b>	<b>9,3</b>	<b>25.610.729</b>	<b>100,0</b>	<b>90,7</b>
<b>Norte</b>	<b>1.186.667</b>	<b>71.820</b>	<b>2,7</b>	<b>6,1</b>	<b>1.114.847</b>	<b>4,4</b>	<b>93,9</b>
Rondônia	168.271	8.002	0,3	4,8	160.269	0,6	95,2
Acre	48.519	2.435	0,1	5,0	46.084	0,2	95,0
Amazonas	324.016	20.998	0,8	6,5	303.018	1,2	93,5
Roraima	31.477	1.920	0,1	6,1	29.557	0,1	93,9
Pará	480.907	29.913	1,1	6,2	450.994	1,8	93,8
Amapá	47.766	2.823	0,1	5,9	44.943	0,2	94,1
Tocantins	85.711	5.729	0,2	6,7	79.982	0,3	93,3
<b>Nordeste</b>	<b>4.363.189</b>	<b>306.467</b>	<b>11,7</b>	<b>7,0</b>	<b>4.056.722</b>	<b>15,8</b>	<b>93,0</b>
Maranhão	280.661	17.098	0,7	6,1	263.563	1,0	93,9
Piauí	180.512	14.174	0,5	7,9	166.338	0,6	92,1
Ceará	749.338	48.521	1,8	6,5	700.817	2,7	93,5
Rio Grande Norte	311.571	19.046	0,7	6,1	292.525	1,1	93,9
Paraíba	256.849	22.776	0,9	8,9	234.073	0,9	91,1
Pernambuco	889.115	70.676	2,7	7,9	818.439	3,2	92,1
Alagoas	271.667	14.876	0,6	5,5	256.791	1,0	94,5
Sergipe	191.413	15.242	0,6	8,0	176.171	0,7	92,0
Bahia	1.232.063	84.058	3,2	6,8	1.148.005	4,5	93,2
<b>Sudeste</b>	<b>15.467.576</b>	<b>1.677.065</b>	<b>63,8</b>	<b>10,8</b>	<b>13.790.511</b>	<b>53,8</b>	<b>89,2</b>
Minas Gerais	2.923.626	234.717	8,9	8,0	2.688.909	10,5	92,0
Espírito Santo	564.360	43.222	1,6	7,7	6.621.138	2,0	92,3
Rio de Janeiro	2.720.697	324.223	12,3	11,9	2.396.474	9,4	88,1
São Paulo	9.258.893	1.074.903	40,9	11,6	8.183.990	32,0	88,4
<b>Sul</b>	<b>5.221.647</b>	<b>394.556</b>	<b>15,0</b>	<b>7,6</b>	<b>4.827.091</b>	<b>18,8</b>	<b>92,4</b>
Paraná	1.897.403	167.696	6,4	8,8	1.729.707	6,8	91,2
Santa Catarina	1.460.590	102.740	3,9	7,0	1.357.850	5,3	93,0
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1.863.654</b>	<b>124.120</b>	<b>4,7</b>	<b>6,7</b>	<b>1.739.534</b>	<b>6,8</b>	<b>93,3</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.999.629</b>	<b>178.071</b>	<b>6,8</b>	<b>8,9</b>	<b>1.821.558</b>	<b>7,1</b>	<b>91,1</b>
Mato Grosso Sul	306.550	22.332	0,8	7,3	284.218	1,1	92,7
Mato Grosso	384.855	25.322	1,0	6,6	359.533	1,4	93,4
Goiás	759.653	58.014	2,2	7,6	701.639	2,7	92,4
Distrito Federal	548.571	72.403	2,8	13,2	476.168	1,9	86,8

Fonte: Elaborado a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Conforme o nível de escolaridade, as Unidades da Federação que apresentavam as maiores participações em termos relativos de pessoal ocupado assalariado com nível superior

foram: São Paulo com 40,9%; Rio de Janeiro com 12,3%; Minas Gerais com 8,9%; Paraná com 6,4% e Rio Grande do Sul com 4,7%.

Por outro lado, as maiores participações de pessoal assalariado com nível superior dentro das Unidades da Federação foram no Distrito Federal com 13,2%, no Rio de Janeiro com 11,9% e em São Paulo com 11,6%. No Rio Grande do Sul, apenas 6,7% do pessoal assalariado possui nível superior, ou seja; o estado gaúcho está bastante aquém da média nacional de trabalhadores com nível superior que é de 9,3% do total do contingente de trabalhadores brasileiros.

#### 4.3 AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO, RENDA E OCUPAÇÃO NO RS

Se a educação sozinha não pode ser responsável pelo aumento da qualidade de vida de uma pessoa ou da população de um país, com base nas tabelas e gráficos apresentados ao longo do trabalho, pode-se inferir que ela em muito contribui ou é condição necessária para que isso aconteça. A educação inclusive possibilita, ou dá acesso a determinadas atividades profissionais cujo pré-requisito traduz-se em anos de estudo, como é o caso da Figura 25 (setor de atividade x anos de estudos - RS 2009) que estabelece uma comparação entre tipo de ocupação e anos de estudo. Conforme estes dados, para o Rio Grande do Sul, o setor de serviços é aquele que absorve e exige maior qualificação de mão de obra do trabalhador, neste caso, traduzido por anos de estudos.

A educação ensina as pessoas a interagir com outras e com isso eleva os benefícios da participação civil, incluindo eleições e organizações. De acordo com Barbosa Filho e Pessoa (2009), existe forte relação entre elevação da educação e diversas características da população tais como diminuição do preconceito racial, menor tolerância com corrupção, maior espírito público, redução ao preconceito de comportamento sexual, e outras. Além disso, diversas características de nossa sociedade hoje como favelização das grandes cidades, explosão populacional que houve na segunda metade do século XX, explosão da criminalidade, péssima distribuição de renda e baixa produtividade do trabalhador brasileiro, podem ser explicadas pela falta de políticas que fossem capazes de universalizar a educação básica no momento em que o país passava pelo processo de transição demográfica.

Uma das características marcantes da nossa sociedade é a baixa qualificação da população e é difícil encontrar um país com renda per capita igual ou maior que a do Brasil e

que concomitante apresente um menor nível de escolaridade. Os números do PISA 2009 (Tabela 3 e Figura 13), permitem a constatação do quanto o país precisa avançar em termos qualitativos na área da educação e da mesma forma, servem para ilustrar que se por um lado a educação não é o fator determinante para o crescimento econômico e social, por outro lado, não existe país com sucesso econômico e displicente com a educação.

O Censo Escolar 2010 (Tabela 4) permite a análise de matrículas da educação básica, tabulada para o período de 2007 a 2010. Ao mesmo tempo em que se observa um pequeno decréscimo no total de matrículas na Educação Básica de -3% para o Brasil e -4,7% para o Rio Grande do Sul, vale a pena destacar a ampliação da oferta da educação infantil, em especial na creche - voltada para o atendimento das crianças com até 3 anos de idade - que no Rio Grande do Sul atingiu 30,1%, percentual muito próximo ao nacional e abaixo do resultado de São Paulo. Além do decréscimo no número de matrículas no Ensino Fundamental tanto em nível de Brasil (-3,5%) quanto para o Rio Grande do Sul (-6,9%), o censo também apresenta um decréscimo no número de matrículas no Ensino Médio que para o Brasil foi de -0,1% e para o Rio Grande do Sul este percentual significou -6,8%. Outro destaque ainda possível de ser observado pelo Censo Escolar 2010 é a confirmação da trajetória de expansão da matrícula na educação profissional, que no período em análise apresentou um acréscimo de 33,3% para o Brasil e Estado de São Paulo. Neste item o Rio Grande do Sul ficou muito aquém aos demais apresentando uma variação positiva de apenas 4,3%.

O IBGE, através da PNAD 2008-2009 apresenta uma série de indicadores que ilustra o comportamento da educação sob o viés da quantidade de pessoas com idade escolar, neste caso a partir de 4 anos de idade, e a taxa de escolarização, que representa o percentual de estudantes em relação ao total de pessoas pertencentes ao mesmo grupo etário (Tabela 5). É possível observar que o comportamento da educação do Rio Grande do Sul, quando comparado ao Brasil e ao estado de São Paulo, segue os padrões de distribuição destes grupos de análise. A grande oportunidade de crescimento para o RS está no grupo de idade de 4 ou 5 anos, que em 2009 apresentou uma taxa de escolarização de 50,1% quando o Brasil apresenta taxa de 74,8% e São Paulo já atende a 82,9% deste segmento. Cabe comentar que para o extrato de pessoas de 7 a 14 anos, tanto para o Brasil, como para São Paulo e Rio Grande do Sul, a taxa de escolarização é superior a 98%, alcançando 98,8% no RS, um desempenho que corrobora para a universalização do ensino no País e principalmente para o Estado do RS (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [2010]).

Com relação ao ensino superior, a categoria administrativa das IES (Tabela 8) apresenta que a maioria absoluta das instituições de educação superior são de natureza privada, tanto em nível de Brasil (89,4%), como para o estado de São Paulo (90,4%) e para o Rio Grande do Sul (90,6%). A organização acadêmica igualmente apresenta certa unanimidade pois no Rio Grande do Sul 74,7% das IES são Faculdades, em São Paulo este índice é de 84,1% e em nível de Brasil este número atinge o maior percentual que é de 84,9%. Ainda, no Rio Grande do Sul (Tabela 9), apenas 19,2% das matrículas em cursos de graduação presencial são realizadas em instituições de natureza pública e as demais 80,8% são realizadas em universidades, centros universitários e faculdades particulares. Para o Brasil, esta relação está em 26,4% para instituições públicas e 73,6% para as instituições privadas.

Dentre outras evidências possíveis de serem percebidas neste estudo, o Rio Grande do Sul possui um sistema de educação mais efetivo que a média apresentada no Brasil, porém, quando comparado a outro estado com potencial econômico e político parecido ou próximo, pode-se observar o quanto o RS precisa avançar para alcançar as melhores posições. A Figura 19, por exemplo, (composição educacional Brasil – RS, 2009) apresenta um estudo de comparações entre a educação no RS e no Brasil. No grupo das pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, o RS apresenta resultados muito significativos quando comparados aos dados do Brasil: quase a metade do percentual de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo. No segmento de 4 a 7 anos de estudo, o RS também apresenta destaque positivo, com mais de 34% da população neste grupo, índice bastante superior ao apresentado considerando o país como um todo. Nos demais grupos analisados, os resultados são próximos com pequenas variações, demonstrando comportamento homogêneo entre estado e país.

Afora evidências empíricas a respeito do assunto, os números do IBGE (Figura 22), comprovam que quanto maior o grau de instrução, maior será a remuneração do trabalhador em análise. A título de exemplificação, 22,2% dos trabalhadores que não têm instrução e/ou possuem até um ano de instrução no RS recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Por outro lado, 5,6% dos trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo no RS auferem renda superior a 20 salários mínimos. Quando a classe de anos de estudos situa-se no extrato de 8 a 10 anos, apenas 0,32% dos trabalhadores recebem acima de 20 salários mínimos. Ou seja, é possível que um trabalhador com vários anos de estudo ganhe pouco, porém, é muito difícil para um trabalhador com poucos anos de estudos receber muitos salários mínimos.

Conforme as informações da RAIS para o Rio Grande do Sul, pode se inferir algumas relações de causa e efeito entre as variáveis estudadas. Na Tabela 10 (rendimento médio x anos de estudo para o Rio Grande do Sul) percebe-se a importância da educação, que se traduzem em faixas salariais superiores àqueles trabalhadores que possuem anos de estudos maiores que os outros. Observa-se que as pessoas com maior número de anos de estudo, possuem remuneração superior, a exemplo de outras evidências já apresentadas neste estudo.

De acordo com o estudo elaborado a partir da CEMPRE 2009, a Tabela 11 (pessoal ocupado assalariado, segundo o sexo e nível de escolaridade) e a Figura 26 (distribuição do pessoal ocupado assalariado, por nível de escolaridade) permitem comprovar o retorno da educação traduzida em número de salários mínimos e as atividades profissionais exercidas conforme o grau de instrução. Os profissionais com nível superior completo recebiam em média 7,8 salários mínimos por mês, ou seja, 225,0% acima do recebido por quem não tinha nível superior que era de 2,4 salários mínimos. Por esta razão, políticas que visam a elevar a qualidade do capital humano são vistas como preferidas e mais eficazes para reduzir níveis de pobreza e de desigualdades sociais, assim como para promover o desenvolvimento econômico. Já a Tabela 12 (pessoal ocupado assalariado, por nível de escolaridade), ilustra o caso do Distrito Federal, onde 13,2% dos trabalhadores ocupados possuem nível superior, muito acima da média nacional que é de 9,3% e mais do que o dobro do estado de Rondônia, onde somente 4,8% dos trabalhadores assalariados possuem nível superior. Para o Rio Grande do Sul, este percentual representa apenas 6,7% da força de trabalho assalariado com nível superior.

Portanto, a partir dos estudos apresentados pela PNAD, dos números e análises através dos dados da RAIS, das informações e estatísticas do MEC, dos dados e informações elaborados pelo estudo do CEMPRE do IBGE, dentre outros ao longo do trabalho, pode-se constatar que estes corroboram para a hipótese do trabalho de que existe uma relação positiva entre educação, renda e tipo de ocupação no Estado do Rio Grande do Sul, não obstante a importância de outras variáveis não contempladas neste estudo. Neste íterim, convém ainda mencionar que as teorias relativas a questão da relação entre educação, renda e ocupações, apresentadas ao longo do capítulo 2 igualmente puderam ser percebidas e constatadas, neste estudo.

Além disso, é importante ressaltar que, no caso específico do RS, objeto principal deste estudo, fica evidenciada a necessidade de discussões maiores quanto às políticas públicas a serem implementadas buscando adequar a atual realidade do Estado e a busca da melhoria dos índices ora analisados. Questões como a taxa de escolaridade das pessoas com

25 anos ou mais; baixa proficiência em exames padronizados, metas do Ideb, rendimento médio, setor de atividade e distribuição do pessoal ocupado assalariado devem ser tratados de forma proativa se consideradas as metas e projeções para os próximos anos, para colocar o RS em posição de destaque a nível nacional, mesmo considerando que os dados apresentados anteriormente em sua maioria são favoráveis ao Estado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e demonstrações realizadas ao longo do trabalho permitiram a constatação de que a educação no Brasil está melhor e apresenta números positivos se comparados a outros períodos de nossa história recente. Muito se avançou nos últimos anos em todos os níveis, da pré-escola até o ensino superior; porém, não obstante os avanços significativos, quando a educação brasileira é comparada a padrões internacionais, os números devem ser vistos com cautela, não obstante os investimentos e gastos cada vez maiores em educação.

Desde Adam Smith, com sua obra *A Riqueza das Nações*, a educação é vista como uma ferramenta que permite a expansão da produtividade do trabalhador e o devido retorno econômico dessa iniciativa. A teoria do capital humano conduz para a afirmação de que a educação é um requisito fundamental para o desenvolvimento econômico e para a importância de os governos adotarem políticas explícitas para a ampliação do acesso da população ao ensino formal. Conforme essa teoria, o trabalho corresponde a mais do que apenas um fator de produção, devendo ser considerado um tipo de capital, o capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade, e essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento técnico-científico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo da vida. Como contraponto, convém mencionar o que se denomina falácia de composição, ou seja, o que é verdade para o indivíduo pode não ser verdade para a sociedade como um todo. Mesmo que se verifique que, quanto maior a escolaridade média de uma sociedade, maior é o seu Produto Interno Bruto (PIB), analistas mais cuidadosos concordam que não se pode usar dados sobre indivíduos para afirmar que, se todos tiverem mais educação, a economia crescerá, melhorando a renda de todos.

Definir com clareza o papel da educação na vida dos indivíduos e das sociedades é algo praticamente impossível; porém, ao longo da história e com marcada diferença entre grupos sociais e países, pode-se observar que a educação em geral é tomada como meio para se atingir uma variedade muito grande de objetivos, desde preparar os homens para a guerra, para o trabalho ou para o sacerdócio, até habilitá-los à convivência em uma sociedade democrática. Num contexto capitalista marcado pela revolução tecnológica acelerada, em que a força de trabalho é uma mercadoria cujo preço depende cada vez mais de habilidades adquiridas nos bancos escolares, os trabalhadores encaram a educação formal com a senha necessária para o ingresso e a permanência no emprego. A educação é também vista como um

conjunto de degraus que conduz a maiores níveis de renda: quanto maior o nível de formação, maior o salário percebido, pois as habilidades adquiridas com os estudos e treinamentos anteriores ampliam a produtividade do trabalhador, justificando maiores ganhos sem prejudicar os lucros do empregador.

Independentemente de seus efeitos econômicos mais diretos, a educação tem diversas implicações relevantes no crescimento econômico de um país. A capacidade de oportunizar condições de acesso aos direitos, a cidadania e o desenvolvimento social, torna a educação um fator determinante do processo de desenvolvimento humano nas sociedades modernas. Desta forma, torna-se um desafio para o Estado e para a sociedade, a promoção de iniciativas para ampliar o nível de escolaridade da população brasileira, notadamente para o Estado do Rio Grande do Sul.

O debate sobre a causalidade entre educação e renda tem ocupado os economistas acadêmicos que trabalham na área de crescimento econômico há muito tempo. Sabe-se que é do senso comum apontar para uma relação positiva entre educação e crescimento de um país, apesar de esta não ser exclusivamente o suficiente para assegurar tal crescimento. Contudo, existe também a constatação empírica de que não há país ou estado de rápido crescimento que seja displicente com a educação. Exemplo disto pode ser verificado com os resultados do PISA 2009, que apresentam como países de melhores colocações China, Cingapura, Coreia do Sul, Japão, dentre outros. Logo, a geração de renda poderia ser melhorada a partir do aumento do nível de educação entre jovens e adultos.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as relações entre educação, renda e ocupação na população do Estado do Rio Grande do Sul, dada a hipótese de que no RS existe uma relação positiva entre maior e melhor educação e maiores rendas e melhores ocupações em comparação com o restante do país. Como forma de viabilizar este objetivo geral, foram determinados os objetivos específicos de analisar os referenciais teóricos sobre as relações entre educação, renda e ocupação; apresentar indicadores das relações entre educação, renda e ocupação no Brasil; determinar um conjunto de indicadores adequado para a análise dos dados do RS. No aspecto metodológico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nos temas relacionados à educação e sua relação com as variáveis em foco – geração de renda e ocupação.

Os números do MEC sinalizam a mudança de comportamento e demanda na educação no Brasil, em função do processo de transição demográfica, apontando para a redução no número total de matrículas na educação básica, porém, com avanços significativos em diversas etapas e modalidades de ensino, como na educação infantil, em especial para creche

e na educação profissional. O Rio Grande do Sul acompanha esta mudança de composição e apresenta oportunidades de crescimento igualmente na educação infantil e profissional, podendo desta forma redirecionar recursos e oportunidades de melhoria nestas áreas educacionais.

A hipótese inicial de que no RS existe uma relação positiva entre maior e melhor educação e maiores rendas e melhores ocupações em comparação com o restante do país pode ser testada e verificada. No Rio Grande do Sul, os números relativos à educação, vis a vis, são mais significativos quando comparados a média nacional, porém, quando comparados a outro estado da federação com potencial econômico e político parecido ou próximo como São Paulo, por exemplo, fica evidente o quanto precisa avançar.

Quando da tabulação e análise dos dados, estes, em momentos distintos, reafirmaram alguns preceitos teóricos mencionados ao longo do trabalho e a relação entre anos de estudo e faixa de rendimentos, ou anos de estudos e tipo de ocupação. Para o Rio Grande do Sul, pode se constatar algumas relações de causa e efeito entre as variáveis estudadas, contribuindo para que as afirmações e evidências empíricas sejam percebidas como coerentes no que tange à importância e à necessidade da educação. Os trabalhadores que estudam mais recebem salários superiores àqueles trabalhadores com grau de instrução menor. Da mesma forma, pode ser constatado que a qualificação, aqui traduzida em anos de estudo, permite acesso a determinadas atividades profissionais que não são possíveis aos trabalhadores sem qualificação.

Algumas oportunidades de melhoria podem ser sugeridas com base nas análises elaboradas ao longo do trabalho. A educação infantil, sobretudo na faixa de crianças de 0 a 3 anos deve ser priorizada, como forma de compensar a redução no número de alunos da educação fundamental, ocasionada pela transição demográfica, que produzirá uma redução da população de idade escolar. Da mesma forma, a redução do número de ingressantes no ensino médio, também em decorrência da redução da taxa de crescimento populacional, permite sugerir para o ensino médio, a melhoria nos níveis de permanência, desempenho e conclusão, com a utilização dos recursos disponíveis - pedagógicos, materiais e humanos, por exemplo - no oferecimento de turno integral diurno para os estudantes. Ainda, as modalidades de educação técnica e profissional merecem atenção especial pelos benefícios que podem auferir aos seus beneficiários, assim como a educação superior, em função das características e peculiaridades já apresentadas neste trabalho, quando a remuneração dos assalariados com nível superior ultrapassa em mais de 200% a remuneração dos trabalhadores sem nível superior.

Apesar da evidência microeconômica que relaciona remuneração do trabalhador com a sua escolaridade ter demonstrado que há causalidade entre educação e produtividade, tem sido difícil para os economistas mostrarem essa relação para dados agregados. O presente trabalho buscou analisar questões teóricas e algumas evidências numéricas baseadas em pesquisas nacionais padronizadas, de acordo com os objetivos propostos. Em muito se pode avançar e tantos outros estudos se fazem necessários. O objetivo deste, em última análise, é o de subsidiar discussões e provocar tantas outras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edson Pacheco de; PEREIRA, Rosângela Saldanha. **Capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação.** [200-?]. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

ALVES, E. L.; SOARES, F. V. **Ocupação e escolaridade: tendências recentes na grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Ipea, 1996. (Texto para Discussão n. 428). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0428.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0428.pdf)>. Acesso em: 15 ago 2010.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A. A.; LEMOS, A. H. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano? **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p.1-15, 2004. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/rac/vol\\_09/dwn/rac-v9-n4-mbb.pdf](http://www.anpad.org.br/rac/vol_09/dwn/rac-v9-n4-mbb.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma educação de nível mundial: próximos passos.** 2010. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/ESummary\\_Atingindo\\_Educacao\\_nivel\\_Mundial\\_Brasil\\_DEZ2010.pdf](http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1293020543041/ESummary_Atingindo_Educacao_nivel_Mundial_Brasil_DEZ2010.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **¿Qué és el capital social?** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/spanish/scapital>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. **Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica.** 2009. Disponível em: <[http://www.alfaabeto.com.br/documentos/artigo\\_20091805.pdf](http://www.alfaabeto.com.br/documentos/artigo_20091805.pdf)>. Acesso em: 5 ago. 2010.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea, 1995. (Texto para Discussão n. 377). Disponível em: <[http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1995/td\\_0377.pdf](http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1995/td_0377.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BARROS, Ricardo Paes de. **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década.** Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para Discussão n. 1304). Disponível em: <[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)>. Acesso em: 29 jun. 2007.

BARTALOTTI, O.; MENEZES-FILHO, N. A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 487-505, 2007.

BECKER, G. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis with spacial reference to education. New York: National Bureau of Economic Research. 1964.

BOMENY, H.; PRONKO, M. **Empresários e educação no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002. Disponível em:  
<[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1091.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1091.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gestão da Educação 2003-2010**. Brasília: MEC, 2010a. Disponível em: <[http://gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foi\\_feito/educacao\\_basica.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/educacao_basica.php)>. Acesso em: 7 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011**. Brasília: MEC, 2010b. Disponível em:  
<[portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=7192&option=com](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=7192&option=com)>. Acesso em: 5 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Bases Estatísticas RAIS/CAGED**: acesso online. 2009. Disponível em:  
<<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/pamLoginMTE?lang=0>>. Acesso em: 5 jan. 2011.

CACCIAMALLI, M. C.; FREITAS, P. S. Do capital humano ao salário-eficiência: uma aplicação para analisar os diferenciais de salários em cinco ramos manufatureiros da Grande São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 343-368, 1992.

CARD, D. The causal effect of education on earnings. **Handbook of Labor Economics**, v. 3, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/h/eee/labchp/3-30.html>>. Acesso em: 7 ago. 2010.

DAVENPORT, T. O. **O capital humano**: o que é e por que as pessoas investem nele. São Paulo: Nobel, 1999.

ESTEVES, L. Incompatibilidade escolaridade-ocupação e salários: evidências de uma empresa industrial brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 77-90, 2009.

EXAME Nacional de Ensino Médio 2009. In: **Timblindim**. 2009. Disponível em: <<http://timblindim.wordpress.com/2010/08/04/enem-2009-capitais-e-df>>. Acesso em: 25 maio 2011.

FRANÇA, G.; GASPARINI, C.; LOUREIRO, P. Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990. In: FORUM BNB DE DESENVOLVIMENTO, 2004. Fortaleza. **Anais...**, Fortaleza, 2004. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa8\\_texto3.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa8_texto3.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cadastro Central de Empresas. **CEMPRE 2009**: diferença salarial por nível de escolaridade é maior do que por sexo. 25 maio 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1882&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1882&id_pagina=1)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 a 2009**. [2010]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil: o estado de uma nação**. 2006a. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttcd\\_chave=161](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttcd_chave=161)>. Acesso em: 18 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Desigualdades de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2006b. 2 v. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttcd\\_chave=295#](http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttcd_chave=295#)>. Acesso em: 26 jul. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação do Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Resultados do PISA**. 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/novo/PISA/resultados.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

LUCAS JR., R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, p. 3-42, 1988.

MENEZES-FILHO, N. A. **A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. 2001. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/publicacoes/A%20Evolucao%20da%20ed>>

ucacao%20no%20Brasil%20e%20seu%20impacto%20no%20Mercado%20de%20trabalho.pdf/view>. Acesso em: 20 jul. 2010.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy**, v. 66, n. 4, p. 281-302, 1958.

OLIVEIRA, V. H. **Crescimento econômico e equidade social nos municípios do Ceará: uma evidência empírica entre 1991 e 2000**. Fortaleza: Ipece. 2006. (Texto para Discussão n. 32).

OLIVEIRA, V. H.; CARVALHO, E. B. **A educação e o desenvolvimento sócio-econômico do Ceará no período de 1996 e 2006**. Fortaleza: Ipece, 2007. (Texto para Discussão n. 37). Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Salário reserva e duração do desemprego no Brasil: uma análise com dados da Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE**. Fortaleza: LEP/CAEN. 2006. (Ensaio sobre Pobreza, n. 9).

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Education at a glance 2009: OECD indicators. Sept. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/edu/eag2009>>. Acesso em: 22 jul. 2007.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI F. **Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PIRES, V. **Economia da educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

SÁINZ, P. G.; LA FUENTE, R. M. **Crecimiento económico, ocupación e ingresos en América Latina: una perspectiva de largo plazo**. 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/delphi/pdf/sainz.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

SALVATO, M. A.; SILVA, D. G. O impacto da educação nos rendimentos do trabalhador: uma análise para a região metropolitana de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13., 2008, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...**, Belo Horizonte: Cedeplar, 2008. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/h/cdp/diam08/070.html>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez. 1996.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

SCHWARTZMAN, S. **Equidade e qualidade da educação brasileira**. São Paulo: Moderna, 2008.

SEABRA, A. A. **Escolaridade, salários e empregabilidade**: implicações no mercado de empregos do Rio de Janeiro. 2002. 58 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

SEVERNINI, E. R.; ORELLANO, V. I. F. O efeito do ensino profissionalizante sobre a probabilidade de inserção no mercado de trabalho e sobre a renda no período pré-PLANFOR. **Economia**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 155-174, jan./abr. 2010.

SOARES, S.; LIMA, A. F. **A mensuração da educação nas PNADs da década de 1990**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão n. 928). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

ULLYSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 596-618, 2006.

UNITED NATIONS. População por faixas etárias no Brasil 2009. **World population prospects 1950-2050**: the 2004 revision. New York: Department of Social and Economic Affairs, 2005.

ZAIST, J. K.; NAKABASHI, L.; SALVATO, M. A. Retornos privados da escolaridade no Paraná. **Economia**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 175-198, jan./abr. 2010. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p175\\_198.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p175_198.pdf)>. Acesso em: 2 set. 2010.